



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS LIBRAS - BACHARELADO**

Daniela Luna Neves

**A Escrita de Sinais como Recurso para Atuação do Tradutor e  
Intérprete Educacional**

São Luís/MA  
2018

Daniela Luna Neves

## **A Escrita de Sinais como Recurso para Atuação do Tradutor e Intérprete Educacional**

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a conclusão do Curso de Graduação Bacharelado em Letras Libras.

**Professora Orientadora:** Dra. Marianne Rossi Stumpf.

São Luís/MA  
2018

*“A escrita não é apenas um procedimento destinado a fixar a palavra, um meio de expressão permanente, mas também dá acesso ao mundo das ideias, reproduz bem a linguagem articulada, permite ainda apreender o pensamento e fazê-lo atravessar o espaço e o tempo. É o fato social que está na própria base de nossa civilização. Por isso a história da escrita se identifica com a história dos avanços do espírito humano”.*

Charles Higounet

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, meu Senhor e Fortaleza, que prova o seu amor por mim todos os dias da minha vida e a cada vitória alcançada.

À minha família, pela força e motivação; por prosseguir me apoiando nesta caminhada, mesmo diante de tantas adversidades que se levantaram no transcorrer do curso.

Ao meu amado esposo e companheiro, João Carlos, que me ajudou nos momentos de desespero e angústia.

Ao meu filho amado, João Miguel, por me mostrar que eu sou muito mais forte do que poderia imaginar. Ele me ensinou uma nova forma de amor, transformou-me e, como uma fênix, pude emergir diante de tantas aflições. Além de tantos ensinamentos, este pequeno príncipe foi meu companheiro das madrugadas, quando ouvia, entre um parágrafo e outro, um pedido: – Mamãe... vem mamãe... brincar!

Ao meu segundo filho, Carlos Daniel, que ainda está sendo gerado em meu ventre, mas que sente comigo todas as emoções (e a principal delas é a alegria de poder concluir este tão sonhado curso).

## **AGRADECIMENTOS**

À professora Marianne Rossi Stumpf, pelas orientações que subsidiaram o desenvolvimento deste trabalho. E também aos demais professores do Curso Letras-Libras Bacharelado, que compartilharam seus conhecimentos e experiências, contribuindo, assim com a formação desta turma.

À minha amiga Marina e Lucas, pela amizade de sempre e pela força e apoio quando eu mais precisava durante a elaboração desta pesquisa.

À minha tutora Andrea Rejane, pelo seu empenho, prontidão, disponibilidade e, acima de tudo, por suas abdições me auxiliando e esclarecendo muitas dúvidas. De igual modo, à tutora Léa Cristina, que mesmo sendo tutora da turma de Licenciatura sempre se colocou à disposição e sempre me ajudou em tudo o que podia.

Aos meus colegas de curso, por todos os conhecimentos compartilhados, fontes bibliográficas, pelos risos e aflições, pelo apoio e força para não desistir, pela companhia nos almoços e traslado, pelas caronas e confraternizações. Por tudo isso que possibilitou a conclusão deste trabalho bem como a criação de laços de amizade que nos fortaleceram enquanto pessoas, profissionais.

Em especial ao pequeno grupo formado por Andrea Pestana, Bruno Cruz, Janaína Teles, Jaquelma Teles, Lorena Batista, Luzivane Cabral, Maria Rita e Valéria Sousa pelas trocas e esclarecimentos de dúvidas durante a elaboração deste trabalho.

A todos que direta e indiretamente colaboraram para com a realização e finalização deste trabalho.

A todos, o meu muito obrigada!

## RESUMO

A presente pesquisa visa demonstrar como a Escrita de Sinais pode auxiliar na atuação do Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa no contexto educacional. Optou-se por realizar uma pesquisa de abordagem tanto qualitativa quanto quantitativa. Para tanto, realizou-se um levantamento com aplicação de questionários aos Tradutores e Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa (TILPs) do município de São Luís – MA, buscando conhecer na dinâmica de trabalho dos TILPs como se dá o momento de preparo que antecede a prática de interpretação em sala de aula, bem como o domínio, o uso e o posicionamento destes sujeitos acerca da Escrita de Sinais. Os questionários foram elaborados no Google Formulários e compartilhados em grupos de WhatsApp. A pesquisa se desenvolveu partindo de um percurso histórico acerca da formação do TILP, impulsionado por dispositivos legais, destacando-se o desenvolvimento das competências e habilidades em tradução e interpretação, bem como o perfil do TILP educacional e a Escrita de Sinais enquanto habilidade necessária a este profissional. A análise demonstrou que os sujeitos sentem a necessidade de grafar seus registros por meio da escrita, contudo, nenhum deles faz uso da Escrita de Sinais por não dominarem tal habilidade, o que aponta a necessidade de as instituições formadoras desses profissionais promoverem o desenvolvimento deste conhecimento de maneira mais aprofundada, permitindo aos sujeitos dominar a Escrita de Sinais e viabilizar a possibilidade de escolha, superando este entrave que consubstancia tal realidade pela falta dela.

**Palavras-chave:** Escrita de Sinais. Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa. Contexto Educacional. Planejamento.

## ABSTRACT

The present research aims to demonstrating how the Sign Writing can assist in the performance of the Translator and Interpreter of Libras and Portuguese Language in the educational context. It was decided to conduct a qualitative and quantitative research. For this purpose a survey was carried out with the application of questionnaires to the Translators and Interpreters of Libras and Portuguese Language (TILPs) of the city of São Luís - Ma, seeking to know in the working dynamics of the TILPs how occur their preparation moment before the classroom interpretation practice, as well as their comprehension, use and positioning of these subjects about Sign Writing. The questionnaires were compiled in Google Forms and shared in WhatsApp groups. The research developed from a historical course about TILP formation, driven by legal devices. At this context, stand out the development of translation and interpretation skills, which are required for this professional, as well as the profile of the educational TILP and the Sign Writing as a necessary skill for this professional. The analysis showed that subjects feel the need to record their records through writing, however none of them utilize Sign Writing because they do not master this ability, what manifest the necessity of the institutions that teach these professionals to promote the development of this knowledge in a wide way, what will allows these subjects to dominate the Sign Writing and improving their choice to overcome this obstacle that consubstantial this reality by the lack of more possibilities.

**Keywords:** Sign Writing. Translator and Interpreter of Libras and Portuguese Language. Educational Context. Planning.





## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Modelo de ficha registro .....	36
Quadro 2	Quadro comparativo de registro da Libras por meio de vídeos/imagens e a Escrita de Sinais .....	41

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	-	Frequência de encontros dos TILPs entre si .....	33
Gráfico 2	-	Compartilhamento das dificuldades e soluções entre os TILPs .....	33
Gráfico 3	-	Acesso aos planos de aula das disciplinas .....	35
Gráfico 4	-	Recursos utilizados no registro das terminologias em Libras .....	38
Gráfico 5	-	Nível de conhecimento da Escrita de Sinais. ....	40
Gráfico 6	-	Instituições e cursos onde se deu o contato com a Escrita de Sinais ....	42

## LISTA DE SIGLAS

APILMA	-	Associação dos Profissionais Tradutores/Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais do Maranhão
CAS	-	Centro de Ensino de Apoio à Pessoa com Surdez Profa. Maria da Glória Costa Arcangeli
EaD	-	Educação a Distância
INEP	-	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
LIBRAS	-	Língua Brasileira de Sinais
LSB	-	Língua de Sinais Brasileira
MEC	-	Ministério da Educação
Prolibras	-	Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa/Libras
SEDUC	-	Secretaria de Estado de Educação
SW	-	Sign Writing
TILP	-	Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa
UFMA	-	Universidade Federal do Maranhão
UFSC	-	Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
<b>1</b> O TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS.....	14
<b>1.1</b> Panorama histórico .....	15
<b>1.2</b> Tradução e interpretação .....	19
<b>1.3</b> O tradutor e intérprete educacional: planejamento .....	21
<b>2</b> A ESCRITA DE SINAIS.....	25
<b>3</b> A PESQUISA.....	30
<b>3.1</b> Instrumentos de coleta de dados.....	31
<b>4</b> ANÁLISE DOS DADOS .....	32
<b>4.1</b> A prática do TILP educacional: análise dos dados acerca do planejamento.....	32
<b>4.2</b> O TILP educacional: análise dos dados acerca do uso da Escrita de Sinais.....	37
<b>5</b> CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS.....	47
APÊNDICE – Questionário aplicado aos TILPs.....	51

## INTRODUÇÃO

A presença do Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa - TILP no contexto educacional contribui para a eliminação das barreiras comunicacionais e de aprendizagem, ampliando as possibilidades de desenvolvimento, promovendo socialização e interação entre os sujeitos surdos e a comunidade escolar como um todo. A cada dia urge a necessidade deste profissional tão importante aprimorar seus conhecimentos, competências e habilidades.

Consciente de tal necessidade, este trabalho trata de uma pesquisa sobre a relevância e contribuições do uso da Escrita de Sinais<sup>1</sup> enquanto recurso para a atuação do Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. O interesse em desenvolver esta produção sobre a presente temática decorre de experiências com a Escrita de Sinais no curso de Letras-Libras, o que reavivou um interesse despertado outrora em contato com materiais impressos em Escrita de Sinais.

No que se refere à estrutura do trabalho, no primeiro capítulo é feito um breve histórico da formação dos TILPs a nível de Brasil, seguido pela contextualização no Estado do Maranhão, por meio de um embasamento nos dispositivos legais que consubstanciaram a crescente formação desses profissionais em todo o país.

Essa ligeira explanação é necessária para que se compreenda a situação local acerca do uso da Escrita de Sinais pelos Tradutores e Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa do município de São Luís. É importante frisar que a escolha pelos intérpretes educacionais se deve ao fato de a autora dessa produção científica atuar neste âmbito e, por diversas vezes, ter sentido a necessidade de realizar registros de sinais pesquisados durante sua atuação. A autora também aliou esta escolha às dificuldades e insatisfações encontradas ao se fazer esses registros por meio de estratégias habitualmente usadas pelos TILPs, como, por exemplo, a descrição em Língua Portuguesa escrita, a filmagem de vídeos em Libras e downloads de vídeos ou imagens.

A partir de um embasamento legal, a organização dos cursos de formação dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa foi se tornando cada vez mais elaborada, tendo como âncora, paralelamente, estudos e pesquisas desenvolvidas nesta área. Diante disso, um tópico do trabalho se destina a tratar das competências e habilidades na tradução e interpretação requeridas por este profissional, visto que apenas saber falar em Libras já não é mais o suficiente para uma atuação produtiva e eficaz.

---

<sup>1</sup> A Escrita de Sinais de que se trata esta pesquisa é o SignWriting.

Neste trabalho também se aborda o perfil e as atribuições do Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa que vem se delineando ao longo dos anos, bem como a importância de um momento de preparo em que os TILPs se planejam tanto fazendo busca e registro de sinal-termo<sup>2</sup> quanto estudando as terminologias que cada disciplina demanda. Esse momento é imprescindível para que esse profissional alcance um trabalho excelente e fidedigno. Afinal, todo processo educacional demanda planejamento prévio, por meio do qual os sujeitos buscam estratégias e recursos que propiciem uma melhor consecução dos objetivos propostos. Partindo desse pressuposto, com o Tradutor e Intérprete de Libras não poderia ser diferente, visto que este é um dos agentes que atuam diretamente na educação de surdos.

No segundo capítulo, destaca-se a necessidade do uso da Escrita de Sinais. Isso se deve ao objetivo de, por meio desta pesquisa, se demonstrar tanto a relevância quanto as contribuições do uso da Escrita de Sinais enquanto recurso na atuação do TILP. Para tanto, toma-se como base a abordagem histórico-cultural, desenvolvida por Lev Semenovitch Vygotsky, bem como estudos e pesquisas desenvolvidas por Marianne Stumpf acerca da Escrita de Sinais.

No terceiro capítulo, são apresentados os processos metodológicos como abordagem, definição do tipo e natureza da pesquisa, bem como a caracterização do questionário, instrumento usado para coleta de dados e a delimitação dos sujeitos participantes. No capítulo seguinte são feitas as análises com base nas informações colhidas e nos referenciais teóricos levantados no início da construção deste trabalho. A realidade revelada por meio dos dados demonstra a necessidade de superação da condição de não uso da Escrita de Sinais (esta deve, na realidade, se constituir como uma escolha, e não como uma falta). Por fim, são feitas as considerações finais, ressaltando os principais aspectos desta pesquisa, assim como as possibilidades de sua aplicação.

Acredita-se em poder contribuir, a partir deste trabalho, com o despertar da consciência dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa do município de São Luís e do âmbito nacional sobre a relevância do uso cotidiano da Escrita de Sinais enquanto recurso instrumentalizador de sua atuação, o que lhes possibilitará desenvolver um trabalho sólido e fidedigno. Conseqüentemente, tal consciência propiciará a produção de registros escritos em sinais, favorecendo a produção de trabalhos e pesquisas de transcrição, tradução, análises, etc. no município de São Luís, porque voltar-se para a Escrita de Sinais no presente é olhar para o futuro histórico, cultural e social de um povo.

---

<sup>2</sup> Segundo Costa (2012, p. 33) “sinal-termo” é usado para designar um sinal que compõe um termo específico da Língua de Sinais Brasileira – LSB.

## 1 O TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS

O Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa é um mediador da comunicação atuante na comunidade surda. A presença desse profissional nos diversos âmbitos da sociedade evidencia o reconhecimento e o respeito aos usuários da Libras, além de viabilizar a interação social entre ouvintes não sinalizantes e surdos.

Sua atuação se dá entre as culturas das línguas orais e da língua de sinais, mediando tais relações por meio da interpretação e tradução dos signos. Neste árduo trabalho de transferência de significados de uma língua para outra e/ou de busca por equivalências, torna-se evidente a necessidade da aquisição de competências e habilidades que vão além de aprender uma lista de palavras. Nessa perspectiva, portanto, é fundamental que se faça uma imersão nas culturas envolvidas, a fim de se apropriar da língua em seu contexto social, histórico e pragmático.

Ainda em se tratando desse ator tão importante no cenário educacional, é essencial frisar que é devido se compreender muito bem que as habilidades necessárias adquiridas durante sua formação técnica são imprescindíveis ao exercício da função.

Considerando essa realidade, a seguir será apresentado um breve percurso histórico desse processo de formação do TILP, com base em dispositivos legais, bem como na construção do Perfil desse profissional.

De um modo geral, o documento da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, *O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa*, caracteriza muito bem sua função:

Ele processa a informação dada na língua fonte e faz escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que devem se aproximar o mais apropriadamente possível da informação dada na língua fonte. Assim sendo, o intérprete também precisa ter conhecimento técnico para que suas escolhas sejam apropriadas tecnicamente. (BRASIL, 2004, p. 27).

Entretanto, no âmbito educacional esse agente agrega responsabilidades próprias e necessárias às atividades do processo ensino-aprendizagem. Diante disso, destacam-se em um tópico os fatores e dispositivos normativos do perfil do TILP nesse contexto, por meio de um breve histórico, bem como os aspectos pedagógicos que o diferencia das atuações relacionadas a contextos educacionais àquelas atinentes a outros espaços.

## 1.1 Panorama histórico

Ao longo dos anos se observa que a atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa vem corroborando com a garantia de um dos direitos constitucionais: a educação. A expressividade do TILP no contexto educacional é notória, eles são comumente conhecidos como intérpretes educacionais e contribuem com o acesso dos educandos surdos ao ensino em salas inclusivas.

A atuação desse especialista configura-se como um direito garantido e contemplado no Decreto 5.626/05, como pode ser observado em seu artigo 14, inciso III, alínea “b”:

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior.  
[...]  
III - prover as escolas com:  
[...]  
b) tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa; (BRASIL, 2005).

É válido frisar que o acesso ao ensino não se concretiza única e exclusivamente pela presença do TILP, mas também é necessária uma série de outros instrumentos e recursos que somados consubstanciam a promoção do processo ensino-aprendizagem.

Atualmente, o Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa é uma figura cada vez mais presente em diversos espaços na sociedade. Contudo, é importante asseverar que sua presença, em cada novo espaço, ainda é muito ovacionada – como se fosse algo excepcional –, o que aponta um certo desconhecimento e também desatenção ao fato de que a Libras consta desde 2002 na Lei 10.436. Essa lei reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda do Brasil, como podemos observar em seu artigo 1º, parágrafo único:

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

A partir dessa oficialização, torna-se necessário voltar a atenção da sociedade para a importância de se perceber a dinamicidade da linguagem mediante as inúmeras transformações sofridas pelas experiências individuais dos sujeitos que, constantemente, tentam agir sobre o mundo e compreendê-lo. Assim, por intermédio dessas transformações da linguagem, que a Libras surgiu e, como tal, se caracteriza como língua, fator imprescindível



para que o homem, de maneira singular, estabeleça a comunicação que lhe é necessária para garantir sua condição de sujeito social que compreende, faz-se compreender e age sobre o meio.

A Libras, portanto, não se caracteriza somente como língua; torna-se, na realidade, uma identidade sociocultural dos sujeitos surdos, conforme declara Sawaia (apud FALCÃO, 2010, p. 18): “[...] é uma categoria política disciplinarizadora das relações entre as pessoas, grupo, ou sociedade, usada para transformar o outro em estranho, igual, inimigo ou exótico.” Partindo desse ponto de vista, entende-se que a presença do TILP é imprescindível e representa um dos mecanismos necessários à garantia do direito linguístico dos surdos bem como a garantia da condição de sujeitos socioculturais participativos e conscientes da sociedade de que fazem parte.

A Lei nº 10.436/02 abriu grandes horizontes na história da comunidade surda e da formação do Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a lei da Libras, dispõe no capítulo V como deve ser realizada a formação do TILP nas instituições de ensino de nível médio e superior. Assim, vai se construindo o cenário de formação desse profissional, como se pode observar:

Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

[...]

Art. 20. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, o Ministério da Educação ou instituições de ensino superior por ele credenciadas para essa finalidade promoverão, anualmente, exame nacional de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior. (BRASIL, 2002).

A partir deste decreto, especificamente no ano de 2006, a Universidade Federal de Santa Catarina – USFC foi convidada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP e o Ministério da Educação – MEC para realizar o Exame de Certificação de Proficiência no Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, bem como a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa/Libras, denominada

Prolibras (QUADROS, 2014). O objetivo desse trabalho era oferecer uma certificação de tradutores e intérpretes e instrutores/professores de língua de sinais fluentes e aptos para o ensino, assim como para a tradução e interpretação. Essa certificação foi um divisor de águas desde o momento da qualificação desses profissionais até o estabelecimento dos cursos a nível superior.

Foi também nesse período que o projeto de criação do Curso de nível superior Letras-Libras da UFSC – na modalidade Educação a Distância – EaD foi aprovado e a referida universidade se lançou na empreitada enquanto pioneira, contando com o aporte financeiro do MEC. Assim, o curso de Letras-Libras, Licenciatura e Bacharelado, fez da UFSC um centro de referência em pesquisas desenvolvidas e em formação de profissionais e pesquisadores na área de Libras (QUADROS, 2014).

A partir de então, consubstancia-se um cenário de formações a nível nacional, bem como aprofundamento e ampliação de estudos e pesquisas sobre Libras, tradução e interpretação. É válido ressaltar que essas formações não se limitaram ao âmbito presencial e local, mas contemplaram todo o cenário nacional, via modalidade de ensino a distância, que, por seu turno, reduziu fronteiras e tem viabilizado habilitações e capacitações de maneira cada vez mais ascendente.

No ano de 2010, outra grande conquista é alcançada depois de lutas, debates e pesquisas: a Lei nº 12.319, que trata da profissão do Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, é regulamentada. Nesse documento, é possível encontrar a descrição das atribuições do TILP, conforme o que está contido no artigo 6º:

Art. 6º: São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências:  
I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;  
II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;  
III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;  
IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e  
V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais. (BRASIL, 2010).

Tal descrição é muito importante, porque apesar de passados oito anos da data de publicação desta lei, ainda há muitos conflitos e nebulosidade entre as práticas e os dispositivos legais que deveriam norteá-las. Em meio a essas divergências, embates e debates se consubstanciam em prol de avanços, aprendizados e ressignificações.

De igual modo, o desenvolvimento da formação do Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa maranhense também foi marcada por um contexto de muitas lutas e conquistas que se consubstanciaram através de dispositivos legais. Dentre esses dispositivos, destaca-se a Lei Estadual nº 248/94, que dispõe, em seu Art. 1º, sobre a criação da carreira de Intérprete para Deficientes Auditivos no Estado do Maranhão. Essa lei representa um marco significativo, visto que a Libras sequer havia sido oficializada, e, além disso, consolida a garantia do direito à educação para a comunidade surda e tece um espaço voltado para a atuação de intérpretes nesse âmbito do ensino.

Até então, a formação que se tinha era promovida por instituições religiosas com finalidade humanitária e evangelística (e por mais alguns anos assim permaneceu) e segundo Sousa (2010), a Secretaria do Estado do Maranhão, inclusive, contratou temporariamente intérpretes devido ao crescimento do número de surdos na rede. Já no ano de 2003, foi fundado o Centro de Ensino de Apoio à Pessoa com Surdez Profa. Maria da Glória Costa Arcangeli - CAS, uma instituição de ensino da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, tendo como objetivo:

[...] oferecer atendimento, orientação e acompanhamento aos surdos e surdocegos numa dimensão educativa bilíngue e biopsicossocial **por meio de pesquisas, e formação continuada dos profissionais da área de surdez**, preparação e inserção do surdo e surdocego no mundo do trabalho; incentivar as expressões artístico-culturais e defender a educação de surdos e surdocegos na perspectiva bilíngue. (CAS, 2018, p. 05, grifo nosso).

Essa instituição representa outro ganho significativo para a comunidade surda, bem como para a formação dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa do Estado do Maranhão. A partir da fundação dessa instituição, o cenário de formações do presente contexto cresceu em número e qualidade e, a cada novo curso, novos conhecimentos eram agregados ao currículo dos profissionais dessa área, o que lhes possibilitou construir um perfil profissional cada vez mais competente às demandas.

No ano de 2007, por meio da Lei Local nº 8.564, o Estado do Maranhão estabelece normas de uso e difusão da Libras para o acesso das pessoas surdas ou com deficiência auditiva à educação em seu Sistema Estadual. Na lei é possível encontrar, por exemplo, elementos que denotam a preocupação do legislador em apoiar a formação e o estabelecimento de um critério para o exercício da função de Tradutor e Intérprete de Libras-Língua Portuguesa. Outro aspecto relevante desta lei é o destaque dado para a distinção entre a função do TILP e a função do professor docente.

Dando sequência aos trabalhos nesse âmbito, no ano de 2008 foi fundada a Associação dos Profissionais Tradutores/Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais do

Maranhão - APILMA. Segundo W. P. S. Dias (2018), essa importante instituição promoveu debates e discussões acerca de questões trabalhistas, bem como encontros com palestras voltadas para a formação de Tradutores/Intérpretes de Libras do Estado, contribuindo significativamente com a construção do perfil deste profissional.

Diante do cenário da crescente necessidade do Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa nos diversos contextos sociais do Maranhão, as instituições de ensino superior privadas e públicas também despertaram o olhar para a oferta de especializações que contemplassem essa profissão. No que se refere à modalidade de ensino a distância, no ano de 2014, através do Programa Viver sem Limite do Governo Federal, o Estado do Maranhão foi contemplado com o “Curso Letras-Libras Bacharelado e Licenciatura na modalidade EaD”, proveniente da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tendo como polo de apoio a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), na cidade de São Luís. Nesse mesmo ano, a UFMA criou um Curso de Graduação em Letras-Licenciatura – Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) dando boas vindas aos 40(quarenta) alunos no dia 02 de abril de 2015 com a aula inaugural.

O curso tem como propósito promover e fortalecer a inclusão do surdo no sistema educacional através do oferecimento desta formação inicial capacitando profissionais na área de Libras. Vale ressaltar que esta nova habilitação concederá o grau de licenciados<sup>3</sup>, subsistindo a necessidade de formação inicial para bacharéis<sup>4</sup> ofertada por instituições locais.

## **1.2 Tradução e interpretação**

Diante do momento histórico e de desenvolvimento científico em que está o Brasil, desperta-se para as competências e habilidades que o Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa precisa ter no exercício do ofício. Desta maneira, com base em estudos e debates já travados, compreende-se que somente o conhecimento e fluência da Libras não é suficiente para o pleno exercício da profissão de Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa, pois fica evidente que o TILP necessita se apropriar de conhecimento e domínio gramático-conceitual não só de sua L2<sup>5</sup>, a Libras, mas também de sua L1<sup>6</sup>, a Língua Portuguesa, além dos saberes específicos da tradução e interpretação.

---

<sup>3</sup> Os licenciados em Letras – Libras poderão atuar como professores da área.

<sup>4</sup> Os bacharéis em Letras – Libras poderão atuar como Tradutores e Intérpretes de Libras e Língua Brasileira de Sinais.

<sup>5</sup> L2 entendida como aquela língua usada para estabelecer contatos linguísticos sociais e/ou institucionais. (GESSER, 2010).

É muito comum se pensar que tradução e interpretação correspondem à mesma coisa, contudo, julga-se necessário esclarecer as distinções entre ambas as atividades. Segundo Lacerda (2010, p. 19): “Aos tradutores caberá dominar bem a língua escrita, e aos intérpretes o domínio da língua oral.” Nessa perspectiva, considera-se relevante destacar que a Libras possui uma escrita – a Escrita de Sinais – e, por essa razão, torna-se imprescindível que o Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa domine não só a escrita da Língua Portuguesa, mas também a Escrita de Sinais.

Nos escritos de Pagura (apud LACERDA, 2010, p. 14), pode-se encontrar outra clara distinção entre as ações de traduzir e interpretar:

[...] Traduzir estaria ligado à tarefa de versar de uma língua para outra trabalhando com textos **escritos**. [...] Já interpretar está ligado à tarefa de versar de uma língua para outra nas relações interpessoais, trabalhando na simultaneidade, no curto espaço de tempo entre o ato de enunciar e o ato de dar acesso ao outro àquilo que foi enunciado [...].

Assim, na tradução, diferentemente da interpretação, tem-se um tempo maior para ser apresentado o produto final e, nesse processo, é possível realizar estudos acerca dos elementos textuais, do contexto histórico-cultural, das intenções e do público a que se destina a língua. O tradutor pode consultar enciclopédias, dicionários, livros e pessoas, a fim de encontrar o termo que represente maior equivalência ou a perspectiva que atenda aos objetivos e intencionalidades do ato comunicativo. Além disso, o produto final pode ser revisado e alterado, pois o texto inicial estará sempre disponível para consulta, até que se alcance uma produção satisfatória.

Já na interpretação, o intérprete dispõe apenas da sua própria memória, necessitando, portanto, de uma ampla bagagem cultural e de um ou mais intérpretes de apoio. Segundo Lacerda (2010), interpretar envolve conhecimento de mundo. Logo, ambas as atividades exigem do profissional um vasto conhecimento acerca da área em que se propuseram a atuar. Além disso, em se tratando de interpretação, as escolhas e decisões devem ser tomadas rapidamente sem consultas a livros e dicionários, já que a ação se dá em uma comunicação oral e, portanto, impossível de revisão.

Vale ressaltar que nesta pesquisa partilha-se do mesmo conceito de oralidade tratado por Leite (2010), que não limita oralidade apenas ao uso das línguas orais, mas a considera expressão de comunicação em tempo real. O presente autor amplia o entendimento dicionarizado, atendendo a demandas sociais, o que inclui os sujeitos surdos, como se pode observar:

---

<sup>6</sup> L1 entendida como a língua materna ou natural do indivíduo. (GESSER, 2010).

Oralidade está relacionada a toda forma de comunicação viva, face-a-face, em tempo real, que existe entre as pessoas, inclusive nas comunidades surdas. Você pode pensar no conceito de oralidade como significando (corp)oralidade, pois, na verdade, a oralidade envolve não apenas o uso do aparato vocal e auditivo, mas também os gestos, as expressões faciais e corporais. (LEITE, 2010, p. 03).

Essa compreensão é de suma importância, visto que o TILP trabalha com a oralidade de sujeitos surdos e ouvintes vertendo da Libras para a Língua Portuguesa e vice-versa. Para tanto, é fundamental conhecer a gramática da língua e o funcionamento desta, dentre outros aspectos, de modo a compreender o que foi dito e saber como será falado na língua-alvo.

Um equívoco muito comum é considerar que o intérprete educacional só realiza interpretações. Isso ocorre devido à própria visibilidade do ato interpretativo em relação ao tradutório nesse contexto. Entretanto, é pertinente ressaltar a relevância do ato tradutório para o contexto educacional e, conseqüentemente, para o processo ensino-aprendizagem.

O ato tradutório, na pessoa do intérprete educacional, é de grande relevância para o desempenho de uma performance interpretativa em sala de aula. Necessário se faz, portanto, a efetivação de estudo, planejamento e preparo conceitual, linguístico e de sinais-termos enquanto práticas imprescindíveis para uma atuação com solidez e sem lacunas.

### **1.3 O tradutor e intérprete educacional: planejamento**

O intérprete educacional, segundo Lacerda (2010), no processo escolar deve comprometer-se, além do ato de traduzir e interpretar, com os processos de ensino-aprendizagem. Isso porque o TILP exerce um papel de mediador linguístico<sup>7</sup>, que atua de maneira a atingir os objetivos pedagógicos que foram pensados previamente no planejamento dos professores de uma determinada disciplina. Logo, o ato de traduzir e interpretar deve viabilizar a apropriação do conhecimento ao educando surdo, de modo que este possa atingir o aprendizado e o próprio desenvolvimento. Contudo, é pertinente asseverar que o TILP, por si só, não garantirá a consecução dos propósitos educacionais do surdo.

Outro fator relevante a se pontuar é que, na atuação cotidiana, o TILP deve assumir um papel de parceria com todos os professores (CORDOVA; TACCA, 2011). Nesta relação podem sugerir estratégias, recursos e metodologias que atendam às necessidades dos

---

<sup>7</sup> Mediador Linguístico: “Entendemos que o profissional intérprete pode ser concebido... como um mediador linguístico que age pedagogicamente, que faz uso de uma língua específica e que procura chegar até o aluno, possibilitando a apropriação do conhecimento por ele.” (CORDOVA; TACCA, 2011, p. 225).

surdos. Além disso, podem pôr em evidência que estes recursos podem também contribuir com o aprendizado dos demais educandos. Contudo, é válido ressaltar que tal relação ainda é bastante delicada e, por vezes, desconfortável, o que demonstra o quanto ainda se faz necessário maiores esclarecimentos e discussões acerca da importância e da clara definição de ambos os papéis na comunidade escolar. Afinal, fomentar e promover discussões a esse respeito poderia evitar inúmeras situações constrangedoras e equivocadas como, por exemplo, afirmar e/ou acreditar que o surdo seja discente do TILP e que, portanto, sua aprendizagem ou fracasso no âmbito escolar é de exclusiva responsabilidade desse profissional.

Há muitos equívocos dos professores a esse respeito, de fato, mas é preciso que tais equívocos sejam desconstruídos. Necessário se faz, então, levá-los à saída da zona de conforto de que uma aula com recursos e metodologias aos moldes de educandos ouvintes possa atingir os mesmos objetivos com educandos surdos, ou, ainda, que uma aula baseada apenas na exposição oral viabilizaria o mesmo nível de aprendizado que uma aula com uso de imagens para associação do conteúdo. Práticas como estas se perpetuam na crença de que a presença do intérprete, única e exclusivamente, seja recurso suficiente para atender a todas as necessidades do educando surdo no tocante à apropriação do conteúdo.

Em outras palavras, os professores de disciplinas desconsideram que esse educando necessita de adequações metodológicas, avaliativas, recursos visuais, dentre outras ferramentas, limitando e, por vezes, inviabilizando a aprendizagem dos surdos, bem como reduzindo as oportunidades de maiores possibilidades de aprendizado que estes recursos causariam nos educandos ouvintes, o que viabilizaria um alcance de resultados em grande amplitude.

Os professores precisam entender, portanto, que o TILP é um profissional que atua na comunicação e que as adequações metodológicas para o conteúdo ministrado em sala de aula são da competência daqueles, visto que sua formação contempla essas habilidades, que, por sua vez, são diferentes daquelas que contemplam a formação do intérprete que visa desenvolver habilidades na tradução e interpretação, bem como no aprofundamento linguístico em Libras e Língua Portuguesa.

Para maiores esclarecimentos acerca das atribuições do TILP no contexto escolar, Ampessan, Guimarães e Luchi (2013) apresentam no documento elaborado especialmente para o contexto catarinense orientações pertinentes acerca dos limites de atuação e competência desses profissionais:

- estabelecer comunicação necessária à participação efetiva do aluno;

- trocar informações com o professor, relativas às dúvidas e necessidades do aluno, possibilitando ao professor regente a escolha de estratégias de ensino e aprendizagem;
- estudar o conteúdo a ser trabalhado pelo professor regente, para facilitar a tradução da LIBRAS no momento das aulas e atividades escolares;
- participar da elaboração e avaliação do Projeto Político Pedagógico;
- participar de estudos e pesquisas na sua área de atuação, mediante projetos previamente aprovados pelo SED. (AMPESSAN; GUIMARÃES; LUCHI, 2013, p. 20)

Então, fica claro que a competência do TILP está centrada na comunicação e transmissão das informações de Língua Portuguesa para Libras e vice-versa, e, assim o surdo se apropria e entende o mundo ao seu redor. A partir dessa evidência, é válido ressaltar o terceiro ponto apresentado por Ampessan, Guimarães e Luchi (2013), por meio do qual eles orientam que os TILPs devem estudar *o conteúdo a ser trabalhado pelo professor regente*, ou seja, isso implica uma ação prévia ao acontecimento da ministração do conteúdo em sala de aula pelo docente.

Essa preparação é necessária e importante para que o intérprete se aproprie dos conceitos, bem como possa encontrar o significante mais adequado para a tradução e interpretação do conteúdo da Língua Portuguesa para Libras. Logo, o tradutor e intérprete educacional deve também assumir a prática de planejamento, evidenciando, assim, uma postura consciente e comprometida na busca constante pela excelência do serviço prestado.

Segundo Vasconcellos (2000), *planejar é antecipar mentalmente uma ação a ser realizada e agir de acordo com o previsto*. Por ser uma atividade inerente ao ser humano, o ato de planejar não deve ser visto como uma ação que fica a cargo do professor, exclusivamente, mas deve ser uma postura assumida pelos atores da educação, que tenha o propósito de atingir os objetivos primeiros que são a aprendizagem e o desenvolvimento do educando.

O uso do termo “planejamento”, para o TILP, difere do entendimento de planejamento que os professores realizam, porque o professor, tendo em mãos os conteúdos da série e disciplina, lança-se ao alcance de objetivos através do uso de estratégias metodológicas e de recursos na explanação do conteúdo, culminando com atividades para a significação e fixação do conhecimento estudado.

Para o TILP, o termo “planejamento” é utilizado de modo a enfatizar o caráter técnico-pedagógico da atuação do intérprete nesse contexto, bem como o despertar da consciência de parceria e alinhamento das ações de todos os atores do processo educacional. Caráter técnico porque o mesmo busca o aprimoramento e excelência de sua prática no estudo de terminologias e estratégias tradutórias e interpretativas para a atuação em sala e, caráter



pedagógico porque através dessa atuação do intérprete dentre outros recursos se viabiliza o aprendizado e desenvolvimento do educando surdo constituindo-se um ato pedagógico.

Vale frisar que esse planejamento se dá a partir dos planos de aula dos professores regentes das disciplinas que compõe o currículo escolar. Em posse desses planos, o TILP pode se preparar *estudando as terminologias, pensando em sinais-terms e traduções de textos literários* que venham a ser utilizados em sala, bem como letras musicais, etc.

O TILP também desenvolve, com esse planejamento, uma postura compromissada, de estudo dos conteúdos, preparo das aulas, bem como a reflexão sobre estratégias de sinalização, ou seja ele pensa sobre recursos linguísticos que possam subsidiar a aquisição do conhecimento, consubstanciando uma interpretação segura, sem lacunas ou descontinuidade: um exercício de ação, reflexão e ação (CORDOVA; TACCA, 2011).

Tal consciência constitui um profissional compromissado com sua atuação, fazendo que ele reflita sobre e possa, se assim desejar, melhorar cada vez mais, compreendendo que seu trabalho não se encerra em si mesmo, mas aliado a outros elementos viabilizam o aprendizado e desenvolvimento de sujeitos surdos.

## 2 A ESCRITA DE SINAIS

Para se compreender a relevância da Escrita de Sinais tomar-se-á como pressuposto a abordagem desenvolvida por Lev Semenovich Vygotsky, que destaca o homem enquanto ser histórico-cultural (MELLO, 2004) que, como tal, necessita de meios que lhe garantam esse caráter. A forma elaborada e até hoje utilizada pelo homem foi e é a linguagem, que permite ao indivíduo se comunicar através de códigos históricos e culturalmente estabelecidos, que acompanham a dialeticidade da história, ou seja, estão passivos de mudanças e aperfeiçoamento. Essa característica de mudança permite não só interagir como também inferir sobre a linguagem e, através dela, sobre a maneira de pensar e viver dos sujeitos entre si, ou seja, interferir sobre a cultura e seus elementos.

Ainda segundo Mello (2004, p. 137), “[...] a cultura é tudo que os seres humanos criaram ao longo da história: tanto as coisas materiais (como por exemplos aquelas usadas para mobiliar a casa e etc.) como imateriais (como por exemplo costumes, comportamentos, língua e etc.)” Logo, a apropriação da cultura possibilita ao homem de cada geração se desenvolver ainda mais, porque ele não precisará inventar o que já foi criado, o que lhe permite contribuir a partir daquilo que já existe.

A partir desse conhecimento, pode-se então considerar a cultura como um propulsor da aprendizagem e, por conseguinte, do desenvolvimento, uma vez que a cultura cria no sujeito as necessidades para viver em sociedade. Em outras palavras, se na cultura existem formas específicas de os sujeitos se comunicarem e agirem sobre o meio, este fator condicionará tal necessidade também a outros sujeitos pertencentes àquele mesmo meio.

A necessidade da criação e uso de um sistema de notação das Línguas de Sinais sempre existiu. Isso se explica porque essa necessidade humana de registrar fatos e informação é inerente a qualquer cultura, língua e sociedade. Nesse sentido, os usuários da Libras, assim como os de outra língua qualquer, sentem a falta de uma escrita que possa responder às mesmas necessidades que os usuários das outras línguas já têm correspondidas. É paradoxal permanecer nesta condição de comunidade linguística ágrafa, apesar de já existir um sistema de escrita para as Línguas de Sinais: a Escrita de Sinais, também conhecida como *SignWriting* - *SW*, que permite grafar a Libras e demais Línguas de Sinais, assim como o alfabeto romano permite o registro de várias línguas.

A escrita é um fato social que vem, portanto, responder aos desejos e anseios de registrar pensamentos, ideias, estabelecer comunicação, relações de poder, além de ser uma

habilidade que o homem desenvolveu para se perpetuar após gerações. Assim sendo, a escrita enquanto instrumento posto a serviço da linguagem, também possibilita o próprio desenvolvimento linguístico, pois o registro de vocábulos e de estruturas lexicais viabilizam a realização de novos estudos e análises que corroboram com o aperfeiçoamento do uso desse sistema.

Segundo Higounet (apud KOGUT, 2015, p. 36-37), a escrita tem grande relevância não só para o indivíduo como também para a sociedade e vice-versa. Assim, assevera:

A escrita não é apenas um procedimento destinado a fixar a palavra, um meio de expressão permanente, mas também dá acesso ao mundo das ideias, reproduz bem a linguagem articulada, permite ainda apreender o pensamento e fazê-lo atravessar o espaço e o tempo. É o fato social que está na própria base de nossa civilização. Por isso a história da escrita se identifica com a história dos avanços do espírito humano.

Ou seja, o uso da escrita permite que o sujeito imprima seus pensamentos, sua língua, visão de mundo, história, cultura, etc. Além disso, a língua escrita tem um papel importantíssimo no tocante ao registro e à produção de conhecimento, além de dar conta das mais diversas anotações feitas pelo homem e que acabaram se tornando fontes de pesquisa, estudos e análises, mediante as quais se desvenda a cultura de um povo, os aspectos linguísticos de um determinado período, a história, a classe social, o nível de escolaridade, os fatos cotidianos, dentre outros elementos.

Todos os vestígios acima dispostos, como se evidenciou, são transformados em conhecimento e publicações, e com a Libras não poderia e nem deve ser diferente, pois a Escrita de Sinais também permite o registro dessa língua e, por conseguinte a produção de memória, fontes, pesquisa e conhecimento, à medida em que a escrita vai sendo usada para atender aos propósitos e intenções sociais, históricas e culturais. Portanto, impedir e/ou dificultar o uso desta escrita é tolher o espírito humano de avanços inimagináveis.

Segundo Sobral (2008, p. 10): “A escrita não deve surgir como garantia, como prova da existência da língua”. E a Escrita de Sinais representa muito bem esta afirmação, afinal, por muito tempo as línguas de sinais eram ágrafas e ainda assim foram reconhecidas enquanto língua graças aos estudos e pesquisas realizados por Stokoe, que demonstrou os aspectos fonológicos e morfológicos que caracterizam o status linguístico. Vislumbra-se na escrita um dos instrumentos da linguagem que mobiliza o desenvolvimento do indivíduo ao permitir e impulsionar a única capacidade ilimitada da qual todos os seres humanos são dotados: a de aprender.

O exercício da escrita favorece e potencializa habilidades de pensar nas estruturas da língua, refletindo na forma correta de grafá-la, bem como nas estruturas mais complexas como, por exemplo, coerência, sintaxe, pontuação, etc. Tal prática traz o aperfeiçoamento e o domínio que o usuário terá sobre a língua, seja ela sua L1 ou L2 e demais conhecimentos. Após refletir sobre tantos aspectos relevantes acerca da escrita, torna-se imprescindível conhecer e/ou aprofundar os conhecimentos a respeito da Escrita de Sinais.

Valerie Sutton, uma dançarina norte americana, ficou conhecida por ser a criadora do sistema *SingWriting* ainda no ano de 1974. Mas no Brasil, segundo Sutton (apud BARRETO; BARRETO, 2015), o estudo acerca da Escrita de Sinais começou somente no ano de 1996. Este fato ocorreu quando Sutton foi procurada pelo Dr. Antônio Carlos da Rocha Costa<sup>8</sup>, que iniciou as pesquisas aqui no Brasil e realizou projetos da Escrita de Sinais juntamente com sua aluna e agora também pesquisadora da área Marianne Stumpf<sup>9</sup>.

De acordo com Stumpf, Oliveira e Miranda (2014, p. 158), a Escrita de Sinais “[...] é um sistema visual de registro das línguas de sinais. Os símbolos utilizados nesta escrita buscam expressar os movimentos, as formas das mãos, as expressões não manuais e os pontos de articulação.” Ou seja, esta escrita representa de forma direta cada fonema das línguas de sinais sem interferência e influência de outras línguas.

Apesar de passados um pouco mais de duas décadas de estudos e pesquisas em nosso país, o conhecimento desta escrita ainda é pouco expressivo. Os fatores que corroboram para tal feito possivelmente sejam os mesmos que outrora dificultaram a aceitação da Libras enquanto língua, ou seja, os preconceitos frente à sua natureza visual-motora (2002) caracterizados por uma visão oralista. O discurso vigente, baseado em interpretações

---

<sup>8</sup> Possui graduação em Engenharia Elétrica opção Eletrônica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1977), mestrado em Ciências da Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1980), doutorado em Ciências da Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1993). Atualmente é professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Computação da FURG e do Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação da UFRGS.

<sup>9</sup> Possui graduação em Tecnologia de Informática pela Universidade Luterana do Brasil (2000), graduação em Educação de Surdos pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2004) e doutorado em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com estágio na Universidade de Paul Sabatier e Universidade de Paris 8 (2001-2005). Pós-doutorado na Universidade Católica Portuguesa (2013-2014). Atualmente é professora associada da Universidade Federal de Santa Catarina, chefe de departamento de Libras (2016-2018), membro do Grupo de especialistas em línguas de sinais – World Federation of the Deaf (2016-2019), professora de pós graduação em Linguística da UFSC. Vice coordenadora do Grupo de Trabalho: Linguagem e surdez ANPOLL (2016-2018). Líder do Grupo de Pesquisas de Estudos sobre o SignWriting registrado no CNPq. Líder do Grupo de Pesquisa Léxico e terminologia em Libras: tradução, validação e tecnologia registrado no CNPq. Tem experiência de 20 anos na Educação, com ênfase em Educação de Surdos, atuando principalmente nos seguintes temas: formação de professores de libras, escrita de sinais pelo sistema SignWriting, sinais internacionais e formação de intérprete de libras. Membro da comissão de educação bilíngue do MEC. Membro da comissão técnica do Pro-Libras (MEC).

limitadas dos dispositivos legais<sup>10</sup> acerca da aprendizagem da Língua Portuguesa na modalidade escrita, continua fundamentando e restringindo o desenvolvimento da Escrita de Sinais. Por trás desse discurso, é possível perceber o receio e até mesmo o medo de que a Escrita de Sinais substitua e/ou anule a aprendizagem da Língua Portuguesa. Entretanto considera-se uma visão pobre e equivocada, visto que a aprendizagem da escrita de qualquer língua precisa ser concebida como um ato social. Logo, bloquear a produção e desenvolvimento de uma escrita é de certa forma dificultar e/ou retardar o ato civilizatório de um povo.

Conta-se, ainda, com um agravante ao desconsiderar a possibilidade de uso de um conhecimento enquanto “suporte” para a apropriação de outro. Nesse caso, especificamente, vislumbra-se que através da Escrita de Sinais a apropriação das Línguas e demais conteúdos serão potencializados diferentemente do que se propaga em discursos vazios.

A despeito de todos os entraves que a comunidade surda enfrentou e ainda enfrenta, isso não impediu que os sujeitos fizessem uso dos recursos tecnológicos, a ponto de criarem registros através de vídeos e imagens, bem como o próprio desenvolvimento da Escrita de Sinais. E mais: apesar de ainda se esbarrar muito na falta de metodologias adequadas para o ensino desta escrita, na escassez de difusão dos conhecimentos já desenvolvidos nesta área, bem como na falta de (re)conhecimento da contribuição que tal escrita pode propiciar ao desenvolvimento das Línguas de Sinais, a busca pela superação destes entraves se faz necessária. Portanto, é imprescindível a compreensão de que a aquisição da escrita se consubstancia no desenvolvimento de funções psicológicas superiores do indivíduo.

Tal entendimento também se evidencia nos escritos de Stumpf (2005) onde a autora destaca que a escrita exige um trabalho consciente e consistente. Pois esta é uma forma detalhada da fala interior que exige do sujeito uma ação analítica intencionada capaz de construir uma teia de significados.

A Escrita de Sinais permite o registro da Libras da forma mais elaborada e precisa, como podemos verificar nos escritos de Barreto e Barreto (2015, p. 67), que afirmam: “Diferentemente dos demais sistemas de escrita, SignWriting (Escrita de Sinais) faz uso de

---

<sup>10</sup> A Lei da Libras (nº 10.436/02) destaca, em parágrafo único: “A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.” Assim como o Decreto nº 5626/05, que regulamenta essa lei, também destaca em seu Art.13: “O ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa.”

relações espaciais no registro de seus grafemas.” Logo, ela é capaz de representar todas as nuances da Libras da forma mais fiel possível, saindo da visão oralista, em que se propõe descrever os sinais através do sistema de escrita das línguas orais, neste caso, a Língua Portuguesa, para então fazer uso do sistema próprio de escrita da Língua Sinais.

O uso desta escrita favorece ainda a libertação da relação de subordinação perceptível entre as Línguas de Sinais e as Línguas orais, como acontece entre a Libras e a Língua Portuguesa, onde comumente se utilizou e ainda se utiliza do português escrito para se fazer registros e anotações de sinais em Libras. Tal exercício já revelou que o português é incapaz de compreender todas as nuances dos sinais, visto que são línguas de modalidades completamente diferentes.

Em contraponto, a Escrita de Sinais permite a visualização direta do significante, facilitando a aprendizagem dos conhecimentos apresentados devido a uma rápida construção de sentido feita a partir da relação significado/significante.

Mediante essas reflexões sobre a Escrita de Sinais e conforme já se mencionou, Lacerda (2010) ressalta em seus escritos que cabe aos tradutores dominar bem a língua escrita, afinal, é incoerente que os Tradutores e Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa dominem apenas a escrita do português, além de que tal conjuntura só fortalece o cenário de desmerecimento das Línguas de Sinais, neste caso, a Libras.

### 3 A PESQUISA

O desenvolvimento de uma pesquisa não é uma tarefa fácil. Antes de tudo, são necessárias várias leituras, estudo e persistência para superar os percalços que surgem durante esse processo. Para Demo (apud PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 42), a “[...] pesquisa é entendida tanto como procedimento de fabricação do conhecimento, quanto como procedimento de aprendizagem, sendo parte integrante de todo processo reconstrutivo de conhecimento.”

Gil (2002), por sua vez, entende que a pesquisa se desenvolve a partir de fases que se desdobram desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados. Assim, elaborou-se o presente problema de pesquisa, como a Escrita de Sinais pode contribuir com a atuação do Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa no contexto Educacional? A partir deste lançou-se a busca de dados por meio de leituras e análises de fontes bibliográficas que tratam do uso da Escrita de Sinais. Além disso, levou-se em consideração o posicionamento do profissional Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa do contexto educacional a esse respeito.

A pesquisa apresentada é de abordagem tanto qualitativa, visto que considera a relação dinâmica existente entre o mundo real e o sujeito da pesquisa, quanto quantitativa, por fazer uso de dados estatísticos significativos à reflexão dos fatos. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 71), “[...] essas duas abordagens estão interligadas e se complementam.” Quanto à sua natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada, pois tem como escopo a busca por gerar conhecimento para uso prático em uma realidade específica e de interesse local.

Para tanto se estabeleceu como objetivo geral desta pesquisa demonstrar como a Escrita de Sinais pode contribuir para a atuação do Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa no contexto educacional? E ainda como objetivos específicos, identificar os recursos usados pelos TILPs para o registro de sinais-termos; comparar a Escrita de Sinais com os demais recursos citados pelos TILPs; e por fim apresentar a Escrita de Sinais como recurso viável e relevante para atuação dos TILPs no contexto educacional.

No que se refere aos procedimentos adotados nesta pesquisa, para o alcance dos objetivos propostos, optou-se por utilizar o do tipo “levantamento”, que basicamente são dados fornecidos por pessoas cujo comportamento busca-se conhecer por meio da aplicação de questionários (PRODANOV; FREITAS, 2013).

### 3.1 Instrumentos de coleta de dados

Com o objetivo de demonstrar a relevância do uso da Escrita de Sinais pelo Tradutor e Intérprete de Libras Educacional do município de São Luís, buscou-se conhecer um pouco sobre a realidade da atuação desse profissional, suas práticas, posicionamentos e conhecimentos acerca da Escrita de Sinais e o uso desta enquanto instrumento de suporte à sua atuação e performance em sala de aula. Para tanto, utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário com 7 (sete) perguntas, das quais 3 (três) são do tipo “fechadas” e 4 (quatro) são do tipo “dependentes”.

Vale ressaltar que o questionário foi direcionado somente a Tradutores e Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa que atuam no município de São Luís cujo quadro funcional dispõe de 17 Professores<sup>11</sup> Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais. É importante frisar, ainda, que a pesquisa foi delimitada para os intérpretes educacionais por questões pessoais da pesquisadora, que anseia poder contribuir com o desenvolvimento de pesquisas e com a prática local dessa habilidade (ressalte-se que os profissionais dessa área atuam no Ensino Fundamental Maior, ou seja, do 6º ao 9º ano).

Com o objetivo de manter a imparcialidade e o anonimato dos sujeitos da pesquisa, o questionário foi elaborado via ferramenta do *Google Formulário*<sup>12</sup>, que, uma vez gerado, foi disponibilizado por meio do aplicativo *WhatsApp* a grupos de Intérpretes de Libras. Com o recurso do *Google Formulário*, foi possível obter respostas de 12 sujeitos, com as quais se realizou a análise de dados desta pesquisa.

De acordo com Gil (2002, p. 114-115): “Por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado [...] constitui o meio mais rápido e barato de obtenção de informações, além de não exigir treinamento de pessoal e garantir o anonimato.” Com base nesse conceito, optou-se pelo manuseio desse instrumento, sobretudo em razão de suas características que atendem às necessidades de resguardo da identificação dos sujeitos, bem como da economicidade de sua aplicação.

Assim, a cada etapa concluída deste trabalho, as expectativas e anseios da autora foram se consolidando satisfatoriamente, em razão da crença de poder mobilizar reflexões e ações que, por meio desta pesquisa, possam ressignificar a prática e a realidade dos usuários da Libras quanto ao uso da Escrita de Sinais.

<sup>11</sup> Cargo criado com base na Lei n. 6.092/2016.

<sup>12</sup> O formulário do Google utilizado para pesquisa está disponível no link:

<[https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSslCuR2JZfEM9XKf1GV0RoDue1rHkL6iVq5FBWPVY\\_ibC6HIQ/viewform?usp=sf\\_link](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSslCuR2JZfEM9XKf1GV0RoDue1rHkL6iVq5FBWPVY_ibC6HIQ/viewform?usp=sf_link)>.



## **4 ANÁLISE DE DADOS**

A partir dos questionamentos feitos foi possível colher informações do posicionamento e das práticas dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa e analisá-las à luz das teorias apresentadas no referencial teórico deste trabalho. No primeiro tópico são abordadas questões acerca de como os TILPs se planejam (ou não) para o momento interpretativo em sala de aula. Destaca-se nesta análise a importância do estudo prévio que viabilize uma performance condizente com as demandas do processo educacional dos educandos surdos.

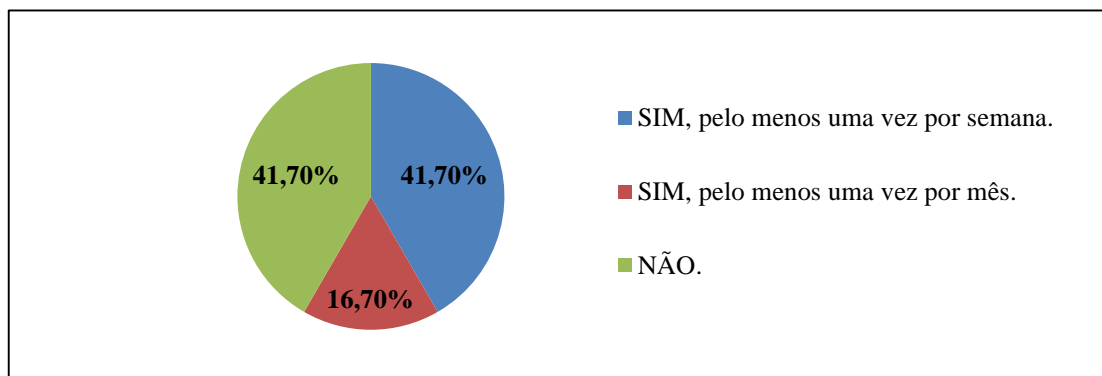
No segundo tópico são abordadas questões acerca do uso (ou não) da Escrita de Sinais pelos TILPs durante suas atividades cotidianas. Destaca-se, durante a análise, os aspectos relevantes do uso desta escrita para a atuação destes profissionais e, para ilustrar os dados levantados, foram utilizados gráficos para demonstrar a representatividade do posicionamento dos TILPs em relação aos questionamentos feitos.

### **4.1 A prática do TILP educacional: análise dos dados acerca do planejamento do TILP**

Após reflexões desenvolvidas até aqui acerca do percurso histórico de construção do profissional Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa, baseadas nos dispositivos legais e nos referenciais teóricos, bem como na atuação desse profissional, seu perfil e suas atribuições no contexto educacional, buscou-se conhecer a realidade dos TILPs pertencentes à rede municipal de São Luís no que concerne à prática de estudo e planejamento que deve anteceder o momento de aula, bem como a performance alcançada na interpretação em sala de aula. Para tanto, foram feitas 3 (três) perguntas para sondar como se posicionam os TILPs a respeito dessa necessidade.

No primeiro questionamento foi indagado aos sujeitos se na dinâmica de trabalho, na rotina escolar, os TILPs se encontravam regularmente com seus colegas TILPs. Como resposta foram apresentadas 3 (três) alternativas: SIM, se encontram regularmente uma vez por semana; SIM, se encontram pelo menos uma vez por mês; e NÃO, não se encontram regularmente. O gráfico 1 demonstra a distribuição em percentuais das respostas dadas pelos sujeitos.

Gráfico 1 – Frequência de encontros dos TILPs entre si.

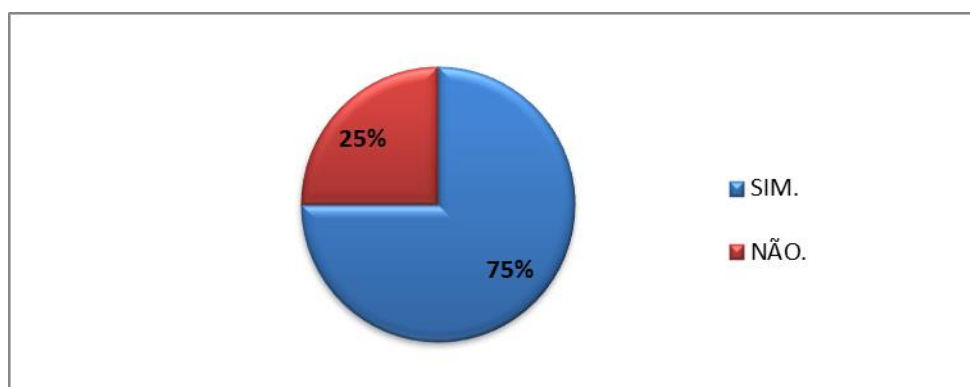


Fonte: A autora (2018).

Pode-se perceber que 41,7% dos TILPs NÃO se encontram com os demais. Isso representa quase metade desse público. Além disso, considera-se que o trabalho do TILP, em muitos casos, tem sido um trabalho solitário e, por isso, fica evidente que essas condições favorecem um baixo desempenho, ao contrário do que ocorre com profissionais que buscam estabelecer trocas interpessoais, agregando, assim, mais conhecimento e experiência. Segundo FALCÃO (2010, p. 20), “o isolamento social atrofia o ser que é constituído a partir da relação com o outro”. Considerando essa assertiva e também as reflexões teóricas feitas neste trabalho, logo ficou compreendida a importância do alinhamento de necessidades e estratégias de trabalho por estes atores.

Dando sequência ao questionário, foi interrogado se os profissionais em foco compartilhavam entre si dificuldades e soluções que surgem durante sua atuação enquanto TILP. Dentre as alternativas SIM e NÃO, os resultados obtidos estão ilustrados no gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2 – Compartilhamento das dificuldades e soluções entre os TILPs.



Fonte: A autora (2018).

Como se pode visualizar, a maioria dos TILPs compartilham dificuldades e soluções adotadas, compreende-se que essa troca entre eles é importante em razão do desenvolvimento e fortalecimento da performance tradutória e interpretativa, além do aprimoramento da uniformidade entre os sinais utilizados com os educandos surdos. É pertinente ressaltar que a fase escolar do 6º ao 9º ano é um período de adaptação para os surdos que ingressam em salas inclusivas com um professor para cada disciplina e um intérprete enquanto mediador da comunicação. Tal realidade demanda tempo de adaptação, até que os discentes amadureçam nessa dinâmica.

Assim, diante dessas e de outras demandas, o uso de vários significantes para um mesmo significado pode, inicialmente<sup>13</sup>, causar confusão e/ou dificultar o aprendizado de conteúdos estudados, como se pode observar na fala de um dos sujeitos da pesquisa:

Certa vez, por ser dois intérpretes por sala, mas em dias diferentes, a intérprete fez alguns sinais que eu não conhecia, daí eu fiz de outra maneira, mas o aluno surdo não estava compreendendo por conta dos sinais diferentes e a professora falou que na aula passada ele estava compreendendo, tive que utilizar no momento algumas ilustrações, porém depois entrei em contato com a outra intérprete e perguntei como ela tinha sinalizado determinado conteúdo, ela explicou e comecei a adotar os sinais que ela já estava usando, e obtive êxito em minha interpretação. (INTÉRPRETE G).

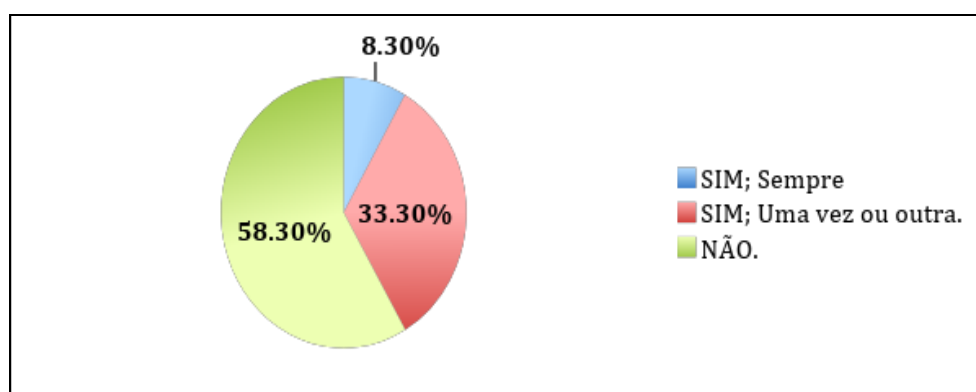
Quando analisados individualmente, pôde-se verificar ainda que 2(dois) dos sujeitos que afirmaram NÃO se encontrarem regularmente, fazem parte do percentual que declararam compartilhar com seus parceiros as dificuldades e soluções que surgem durante o exercício da profissão. Logo, pode-se concluir que embora não haja um encontro físico entre esses sujeitos especificamente, isso não os impede de estabelecer uma parceria e alinhamento de suas ações denotando uma consciência, uma sensibilidade para o trabalho colaborativo e satisfatório, o que de certo modo gera uma uniformidade no uso dos significantes utilizados.

Outra pergunta realizada aos sujeitos da pesquisa foi se os planos de aula das disciplinas em que os TILPs realizam tradução e interpretação eram disponibilizados antecipadamente. Como respostas, foram apresentadas 3 (três) alternativas: SIM, sempre; SIM, mas somente uma vez ou outra, e NÃO, não tem acesso aos planejamentos de conteúdos antecipadamente. O gráfico 3, disposto na sequência, demonstra os resultados obtidos.

---

<sup>13</sup> É válido ressaltar que não se está a defender o uso de um termo em detrimento de outro, tampouco querendo limitar o uso dos recursos linguísticos na sinalização; de modo algum. A língua é rica e repleta de palavras/sinais que surgem e caem em desuso a todo momento. Portanto, busca-se apenas frisar pontualmente a necessidade de se ter um olhar sensível para situações que possam surgir, embora isso não impeça – e, na verdade, nem deve impedir – que posteriormente sejam apresentados os diversos significantes e significados que se tem à disposição na língua.

Gráfico 3 – Acesso aos planos de aula das disciplinas.



Fonte: A autora (2018).

É notório que o acesso e/ou disponibilização dos planos de aula para os tradutores e intérpretes educacionais ainda não é uma prática natural desse contexto. Contudo, é válido ressaltar que esse movimento é necessário e de extrema relevância para se atingir os objetivos educacionais, aumentando, assim, as possibilidades de sucesso na comunicação, afinal, segundo Ampessan, Guimarães e Luchi (2013), é função do intérprete primar pelo aperfeiçoamento de sua tradução e interpretação por meio de estudos terminológicos entre a Língua Portuguesa e a Libras.

Em relação aos que NÃO têm acesso aos planos, indagou-se como esses sujeitos se preparam para esse momento de aula. Dentre as respostas obtidas, foram apontadas 3 (três) vertentes, que se distribuíram entre aqueles que *não se preparam*; aqueles que se baseiam somente na *experiência acumulada*; e os que sondam os professores e *buscam os sinais antecipadamente* por meio de pesquisa em livros, etc. Dentre as respostas apresentadas pelos sujeitos que NÃO tem acesso aos planos de aula 28,5% destes representam os que não se preparam previamente, 28,5% se baseiam em sua experiência acumulada e 57% sondam pessoalmente os professores e buscam os sinais e terminologias.

Para Vasconcellos (2000), o planejamento é uma necessidade e faz todo sentido quando o sujeito se coloca em uma perspectiva de mudança, ou seja, quando o sujeito sai da inércia – da mera reprodução – e vai em busca de aprendizado e aperfeiçoamento das técnicas e conhecimentos. Assim, pautado em uma ação consciente mobilizada por intencionalidades, viabiliza-se a mediação simbólica.

Nessa perspectiva, ressalta-se a importância de os TILPs adotarem uma postura reflexiva, podendo, para tanto, adotar um documento físico que poderá servir como um canal que os impulse a resultados satisfatórios na tradução e interpretação do contexto escolar, além de produzir registros escritos.

Com base nessa reflexão, apresenta-se um modelo de *ficha registro* como sugestão para uso e/ou adaptação, conforme as necessidades dos TILPs em contextos educacionais. É importante frisar que nesta ficha há um espaço para o intérprete fazer uso da Escrita de Sinais no seu cotidiano, instrumentalizando este profissional, bem como fomentando possíveis estudos e pesquisas posteriores:

Quadro 1 – Modelo de ficha registro

<b>Escola:</b>					
<b>Série / turmas:</b>			<b>Etapa:</b>		
<b>Professora:</b>			<b>Disciplina:</b>		
<b>Intérprete:</b>					
<b>PLANEJAMENTO PERÍODO - Ano</b>					
<b>Data</b>	<b>Conteúdos:</b>	<b>Conceitos</b>	<b>Sinal-Termo</b>	<b>Buscar por Sinais-Termos que surgiram durante a aula:</b>	<b>Observações:</b>
Referências:					

Fonte: A autora (2018).

É válido destacar que este modelo foi pensado a partir de um modelo denominado *Memória de Interpretação Preparação-Registro*, elaborado e utilizado por Tradutores e Intérpretes da UFSC, com base na ideia de buscar instrumentalização dos TILPs, além de gerar comunicação entre eles e memória. Esse instrumento, portanto, serve de apoio lexical, semântico e terminológico.

Tal planejamento confere uniformidade à tarefa realizada e maior preparo entre os profissionais que trabalham com o mesmo grupo de alunos e mesmas disciplinas, pois os TILPs poderão padronizar os sinais e/ou significantes utilizados para um mesmo conceito e/ou significado, visto que se sugere a disponibilização dos registros produzidos em Escrita de Sinais na escola para consulta e alcance de todos.

Esse registro permitirá uma otimização da atividade exercida pelos TILPs, uma vez que é comum estes profissionais trabalharem em dias diferentes e, assim, terem poucas

oportunidades para trocas e socialização de dificuldades e soluções entre si. Com essa proposta, caso um não encontre um sinal que atenda a determinada demanda, talvez possa obtê-lo ao consultar os registros do colega, estabelecendo-se, assim, um trabalho de cooperação, além de suprir a demanda em sala de aula. Tal ação favorece reflexões acerca das escolhas lexicais e tradutórias por meio das quais os intérpretes poderão dialogar e repensar sobre essas estratégias.

#### **4.2 O TILP educacional: análise dos dados acerca do uso da Escrita de Sinais**

Diante das leituras e reflexões ampliadas até aqui acerca da Escrita de Sinais enquanto conhecimento e habilidade necessária e de grande relevância para os usuários da Libras, de modo particular aos sujeitos desta pesquisa, os Tradutores e Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa, buscou-se conhecer o domínio, o uso e o posicionamento dos TILPs pertencentes à rede municipal de São Luís acerca da Escrita de Sinais. Para tanto, foram feitas 4 (quatro) perguntas a fim de sondar como se posicionam os TILPs a respeito desses conhecimentos e habilidades.

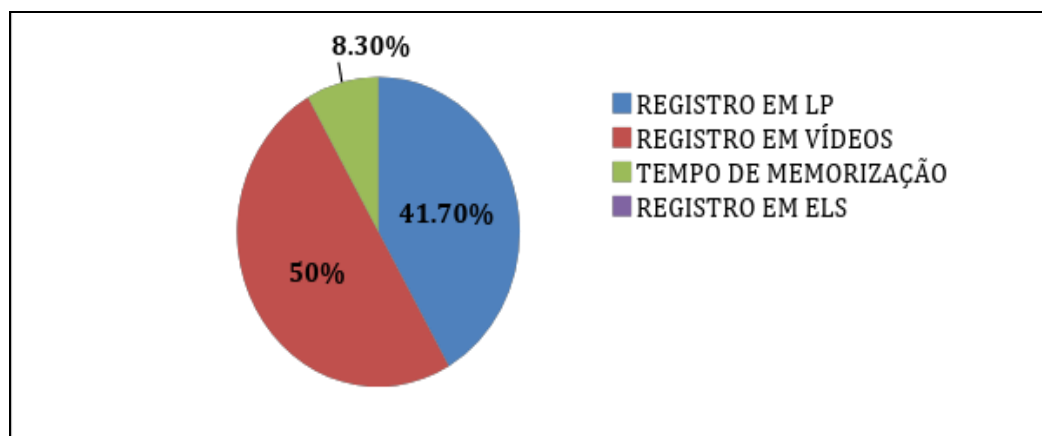
Conscientes da importância de se prepararem para o momento de interpretação em sala de aula, os TILPs necessitam buscar conhecer os termos específicos que serão abordados em cada disciplina, formando, assim, o conhecimento terminológico próprio.

Em um contexto mais genérico, a terminologia representa o conhecimento técnico-científico especializado de forma organizada, por meio de manuais e glossários, e unifica esse conhecimento sob a forma de normas e padrões. Sem a terminologia, os especialistas não conseguiriam se comunicar, repassar seus conhecimentos, nem tampouco representar esse conhecimento de forma organizada. (DIAS, C. A., 2000, p. 91).

Nessa perspectiva, os intérpretes rotineiramente recorrem a dicionários e outros bancos de dados disponíveis com o objetivo de solidificar seu conhecimento e planejamento linguísticos, gerando, assim, maior qualidade no pensamento especializado e consequentemente uma mediação comunicativa mais eficaz.

Com base nessa percepção, os sujeitos da pesquisa foram indagados sobre quais estratégias utilizam para armazenar e/ou memorizar as terminologias em Libras, de modo a utilizarem esse conhecimento posteriormente nas interpretações de sala. Diante dessa indagação, foram apresentadas as 4 (quatro) alternativas seguintes: fazer uso de anotações em Língua Portuguesa dos sinais pesquisados; fazer uso de anotações em Escrita de Sinais; filmar-se ou baixar vídeos e imagens de terminologias em Libras e dedicar um tempo para estudo e memorização de novos sinais. No gráfico 4 é possível observar os resultados obtidos.

Gráfico 4 – Recursos utilizados no registro das terminologias em Libras.



Fonte: A autora (2018).

Infelizmente, os TILPs não fazem uso da Escrita de Sinais; optam por outras estratégias. É notório que as duas formas mais apontadas se dividem quase que meio a meio entre fazer registros em Libras, por meio de vídeos, e fazer registros em Língua Portuguesa, por meio da escrita. Diante desse fato, observa-se a necessidade do ser humano em grafar, em fazer uso da escrita para lembrar, memorizar, internalizar, etc.

A escrita é um código de comunicação secundário em relação à linguagem articulada oralmente ou sinalizada. Dizemos que ela é um sistema de representação porque os signos gráficos servem para anotar uma mensagem oral ou sinalizada, a fim de poder conservá-la ou transmiti-la. Eles representam graficamente a mensagem. (STUMPF, 2008, p. 15).

Diante do exposto, reitera-se que a escrita preenche funções particulares como fixar traços de forma rápida quando se dispõe apenas de lápis e papel. Percebe-se que devido à falta de domínio e habilidade com a Escrita de Sinais, faz-se uso, então, da escrita da Língua Portuguesa (escrita de maior domínio). Entretanto, esta não é capaz de captar todas as nuances da Libras, visto que são línguas de modalidades completamente diferentes.

A escrita alfabética da língua portuguesa no Brasil não serve para representar significação com conceitos elaborados na LIBRAS, uma língua visual espacial. Um grafema, uma sílaba, uma palavra escrita no português não apresenta nenhuma analogia com um fonema, uma sílaba e uma palavra na LIBRAS, mas sim com o português falado. (QUADROS, 1997, p. 74).

Logo, a Escrita de Sinais – distinta dos demais sistemas de escrita – é a mais adequada para grafar a Libras e demais Línguas de Sinais, pois capta e representa todas as nuances dessa modalidade linguística. É válido ressaltar, devido a essa diferença de modalidades, é possível apenas com uso da escrita alfabética da Língua Portuguesa descrever o sinal da Libras, diferentemente da Escrita de Sinais, que representa graficamente as Línguas de Sinais.

Ao indagar se os TILPs consideravam que o conhecimento em Escrita de Sinais facilitaria o trabalho de tradução e interpretação em sala de aula, os dados revelaram que 50% dos sujeitos declararam que SIM, ao passo que os outros 50%, NÃO. Logo, entende-se que a visão de que a Escrita de Sinais pode contribuir com a performance deste profissional ainda está bem dividida.

É importante frisar, ao se comparar as respostas individuais dos 50% daqueles que declararam que a Escrita de Sinais, enquanto conhecimento e habilidade, não facilitaria seu trabalho de tradução e interpretação, que metade deles corresponde àqueles que lançam mão da escrita na Língua Portuguesa. Ou seja, estes sentem a necessidade de uso da escrita para melhor fixarem os novos conhecimentos, embora não tenham percebido, tampouco despertado para a consciência de que a Escrita de Sinais possibilitaria tal demanda de maneira muito mais significativa, como é possível observar em BARROS (2016), que ressalta aspectos relevantes do uso dessa escrita no contexto educacional pelos TILPs – para registro terminológico –, bem como na mediação com surdos, a fim de que eles também se apropriem das terminologias de maneira satisfatória e, assim, possam dispor de um registro eficaz sempre que necessitarem voltar aos estudos já realizados em sala.

Infelizmente, a falta de domínio acerca da Escrita de Sinais por parte dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa se constitui como empecilho para um desenvolvimento mais amplo e significativo da área, o que reflete de modo limitante no desempenho e na performance desses profissionais durante sua atuação. Leite (apud Rodrigues, 2011) ressalta que a falta de habilidades necessárias aos intérpretes educacionais corrobora negativamente com a qualidade do processo ensino-aprendizagem dos surdos.

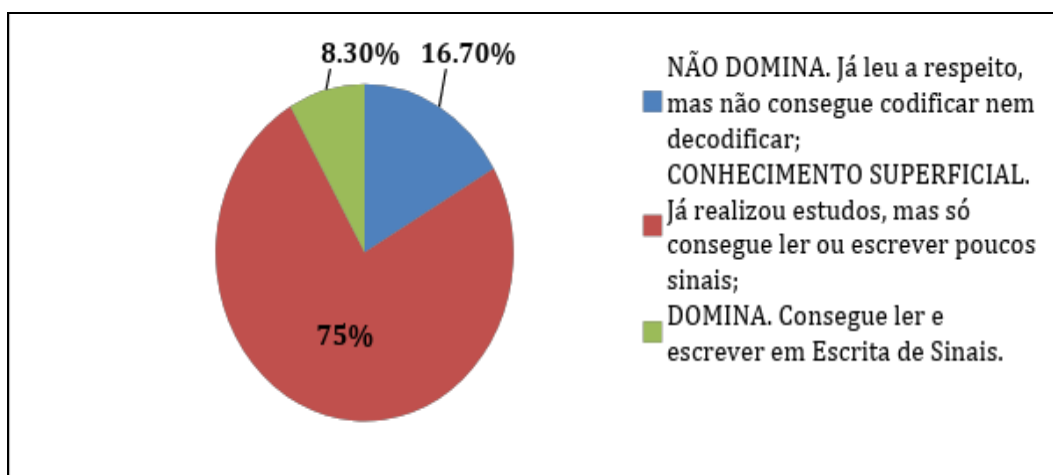
A ausência desse conhecimento, bem como da habilidade necessária, perpetua-se muitas vezes em razão da rejeição da Escrita de Sinais enquanto forma de registro. Isso ocorre devido a estigmas que acompanham as Línguas de Sinais e se estendem para a escrita desta. Os TILP se justificam com base no fato de os “surdos desconhecerem a Escrita de Sinais”, alegando que diante de tantas demandas e conhecimentos presentes no currículo, “não haveria tempo para a Escrita de Sinais”, ou seja, para ela, não há espaço. Por fim, declaram: “Não uso a Escrita de Sinais durante a interpretação, portanto não facilitaria meu trabalho nesse contexto”. Esses discursos se esvaziam diante dos resultados apresentados por Barros (2016, p.10), que ressalta que “embora não dominando a escrita de sinais, a aluna reconhecia os símbolos e conseguia ler e copiar sinais satisfatoriamente, o que revela conforto diante da nova escrita que respeita as especificidades da língua de sinais”. Diante dessa afirmação, fica



evidente que o uso de tal escrita só corrobora com a prática do TILP em seus espaços de atuação e, de modo especial, com o contexto educacional destacado nesta pesquisa.

Outra questão levantada aos TILPs foi sobre como estes avaliavam o próprio conhecimento acerca da Escrita de Sinais. Para esse questionamento, foram apresentadas 3 (três) alternativas: NÃO DOMINA (já leu a respeito, mas não consegue codificar nem decodificar); CONHECIMENTO SUPERFICIAL (já realizou estudos, mas só consegue ler ou escrever poucos sinais); DOMINA (consegue ler e escrever em Escrita de Sinais). A seguir, está disposto o gráfico 5 com os resultados.

Gráfico 5 – Nível de conhecimento da Escrita de Sinais.



Fonte: A autora (2018).

Com base no gráfico acima, observa-se que apenas 1 (um) sujeito afirma ter domínio da Escrita de Sinais. Contudo, quando investigado sobre quais estratégias e recursos utilizava para guardar os sinais de terminologias necessárias para a interpretação em sala de aula, este declarou que produz ou baixa vídeos e imagens da internet, ou seja, não faz uso da Escrita de Sinais, apesar de reconhecer que esta escrita facilitaria seu trabalho de tradução e interpretação.

É notório que assim como a Escrita de Sinais permite grafar as Línguas de Sinais, os vídeos e imagens também propiciam o registro dessa língua. Por oportuno, vale destacar que os sujeitos da pesquisa apontaram esses últimos recursos como os mais utilizados. É sabido, ainda, que ambas as formas de registro supracitadas diferem em muitos aspectos, como é possível observar no quadro logo abaixo:

Quadro 2: Quadro Comparativo de Registro da Libras por meio de vídeos/imagens e a Escrita de Sinais.

VÍDEOS/IMAGENS	ESCRITA DE SINAIS
<p><b>RECURSOS NECESSÁRIOS:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Câmera;</li> <li>2. Uma pessoa para filmar ou um tripé;</li> <li>3. Memória para armazenar ou conhecimentos para dispor na web, como: <i>google drive</i>, <i>youtube</i>, etc.;</li> <li>4. Conhecimento de edição de vídeo ou imagens em programas, como: <i>Movie Maker</i>, <i>PowerPoint</i>, etc.;</li> <li>5. Espaço adequado e com fundo neutro;</li> <li>6. Utilização de vestimenta neutra, para que haja uma sinalização limpa e clara;</li> <li>7. Disponibilidade de um tempo maior para sua realização;</li> </ol> <p><b>ASPECTOS POSITIVOS:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. É um registro de Libras em vídeo/ou imagem;</li> <li>2. Pode ser disponibilizado na web, compartilhado nas redes sociais e, portanto, pode ser consultado por qualquer pessoa;</li> <li>3. Pode ser usado a qualquer momento e nas mais diversas áreas do conhecimento na versão <i>online</i>, com acesso à internet, ou <i>off-line</i>, se feito download anteriormente.</li> <li>4. É possível reproduzir sem dúvida ou equívoco interpretativo;</li> <li>5. Possibilita a construção de banco terminológico ou banco de dados;</li> <li>6. Permite estudo das variações linguísticas, históricas, etc.;</li> <li>7. Ajuda a preservar a Língua de Sinais.</li> </ol>	<p><b>RECURSOS NECESSÁRIOS:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Registra-se com caneta ou lápis e papel;</li> <li>2. Pode ser feita em qualquer lugar;</li> <li>3. Exige conhecimento e domínio da escrita;</li> <li>4. É muito prática e fácil de fazer;</li> <li>5. Pode ser feita no computador com o auxílio dos programas <i>SW-Edit</i> ou <i>SignPuddle Online</i>, desde que se saiba utilizá-los.</li> </ol> <p><b>ASPECTOS POSITIVOS:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. É um registro de Libras escrito;</li> <li>2. Permite a construção de banco terminológico ou banco de dados ao se salvar os sinais escritos no sistema <i>SingPuddle</i> em SW e em português;</li> <li>3. Pode ser compartilhado em redes sociais e na web, como, por exemplo, em glossários (além da forma física no ambiente de trabalho);</li> <li>4. É um exercício de interiorização e reflexão sobre essa língua;</li> <li>5. Permite direta associação entre o sinal escrito e o sinal expresso;</li> <li>6. Promove o aumento do status social da Língua de Sinais, pois difunde tal escrita;</li> <li>7. Permite estudo das variações linguísticas, históricas, etc.;</li> <li>8. Pode ser usada a qualquer momento e nas mais diversas áreas do conhecimento;</li> <li>9. Ajuda a preservar a Língua de Sinais;</li> <li>10. Torna sigilosa a identidade do autor da transcrição.</li> </ol>

Fonte: A autora (2018).

Com base no quadro comparativo anteriormente disposto, percebe-se que a realização de registros e planejamento em Escrita de Sinais apresenta muitos aspectos relevantes que permitem uma otimização do trabalho do TILP em vários sentidos, dentre os quais se destaca o exercício de internalização dos sinais-termos, reflexão sobre os aspectos fonológicos, morfológicos, semânticos e pragmáticos.

Outro fator relevante é que os TILPs não trabalham sozinhos, mas em parceria. Considerando esse aspecto positivo, vislumbra-se que o planejamento em Escrita de Sinais no ambiente escolar – se bem elaborado e socializado – possa ser um documento de auxílio à

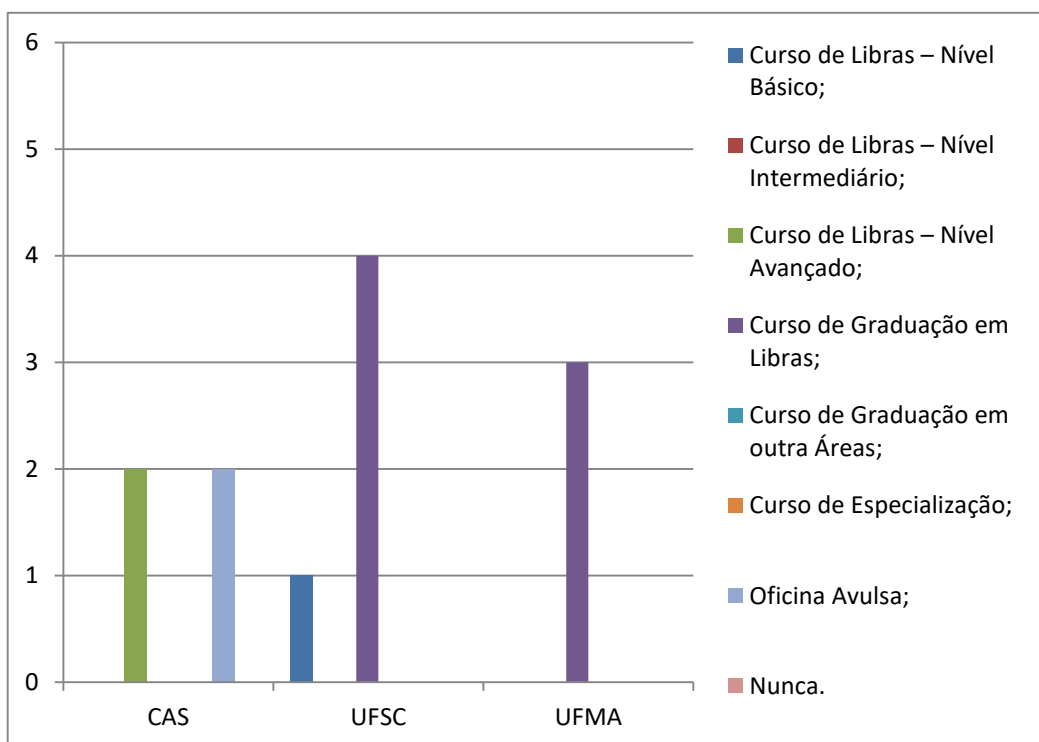
prática interpretativa destes profissionais no seguinte sentido: se um não encontrar sinal para uma determinada demanda, poderá obtê-lo ao consultar os registros do colega, e vice-versa, o que propicia um trabalho contínuo e cooperativo.

Tal prática favorece, inclusive, uma reflexão no tocante às escolhas tradutórias em que os TILs poderão dialogar e repensar sobre. Para tanto, o conceito que se entende de reflexividade é o mesmo utilizado por Gómez:

A reflexividade é a capacidade de voltar sobre si mesmo, sobre as construções sociais, sobre as intenções, representações e estratégias de intervenção. Supõe a possibilidade, ou melhor, a inevitabilidade de utilizar o conhecimento à medida que vai sendo produzido, para enriquecer e modificar não somente a realidade e suas representações, mas também as próprias intenções e o processo de conhecer. (GÓMEZ apud PIMENTA, 2006, p. 56).

Por fim, considerando a importância da formação dos profissionais em foco, os participantes da pesquisa foram questionados acerca de que momento – durante a formação em Libras – tiveram contato com a Escrita de Sinais e em qual instituição isso ocorreu. Mediante tal arguição, foram apresentadas as 8 (oito) alternativas a seguir: Curso de Libras – Nível Básico; Curso de Libras – Nível Intermediário; Curso de Libras – Nível Avançado; Curso de Graduação em Letras - Libras; Curso de Graduação em outra área; Curso de Especialização; Oficina Avulsa; Nunca. O gráfico 6 evidencia os resultados obtidos.

Gráfico 6 – Instituições e cursos onde se deu o contato com a Escrita de Sinais.



Fonte: A autora (2018).

Como pode ser observado no gráfico, os sujeitos da pesquisa citaram a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, a Universidade Federal do Maranhão - UFMA e o Centro de Ensino de Apoio à Pessoa com Surdez - CAS como as instituições responsáveis por possibilitar o contato com a Escrita de Sinais em cursos de graduação e formação continuada. Diante dessas informações, buscou-se as ementas das disciplinas de Escrita de Sinais em cada uma das instituições supracitadas<sup>14</sup>.

A UFMA apresenta em seu Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Letras - Libras Licenciatura 2 (duas) cadeiras da disciplina Escrita de Sinais. A primeira, denominada *Escrita de Sinais I*, é ofertada no 5º (quinto) período do curso, com a seguinte ementa com os conhecimentos e habilidades propostos pela universidade:

ESCRITA DE SINAIS I

Ementa: Vocabulário em língua de sinais brasileira. Tópicos sobre a escrita de sinais: aquisição do sistema de escrita de língua de sinais pela compreensão dos códigos próprios da escrita de sinais e trabalho prático. (UFMA, 2014, p. 32).

E a segunda cadeira, *Escrita de Sinais II*, no 6º (sexto) período do curso, com a ementa que segue:

ESCRITA DE SINAIS II

Ementa: O processo de aquisição da leitura e escrita da língua de sinais. Produção de literatura na escrita da língua de sinais. Diferentes formas de registrar as línguas de sinais. Sign Writing. (UFMA, 2014, p. 35).

Assim, percebe-se o importante papel desempenhado por esta universidade ao buscar difundir este conhecimento nos acadêmicos e futuros profissionais, proporcionando-lhes contato e aprendizado desta escrita, além de implantar a semente do despertar para a consciência da relevância do uso da Escrita de Sinais.

A UFSC, por sua vez, dispõe em seu Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Letras - Libras Licenciatura e Bacharelado a oferta de 3 (três) cadeiras da disciplina Escrita de Sinais. A primeira, *Escrita de Sinais I*, é ofertada no 2º (segundo) período do curso; a segunda, *Escrita de Sinais II*, no 3º (terceiro) período, e a terceira, *Escrita de Sinais III*, no 4º (quarto) período do curso. É possível verificar que a UFSC dispõe de uma disciplina a mais em relação à UFMA e, conseqüentemente, vislumbra-se que seus formandos possam ter mais conhecimentos agregados acerca dessa modalidade escrita, como pode ser averiguado logo abaixo:

---

<sup>14</sup> Infelizmente não se encontrou no Projeto Político Pedagógico do CAS as ementas dos conhecimentos trabalhados em cada curso oferecido por esta instituição.

Ementa da primeira cadeira:

ESCRITA DE SINAIS I

Ementa: Aspectos históricos, culturais, linguísticos, educacionais e sociais de surdez. Vocabulário em língua de sinais brasileira. Tópicos sobre a escrita de sinais: aquisição do sistema de escrita de língua de sinais pela compreensão dos códigos próprios da escrita de sinais e trabalho prático com a mesma. (UFSC, 2008, p. 39).

Ementa da segunda cadeira:

ESCRITA DE SINAIS II

Ementa: O processo de aquisição da leitura e escrita da língua de sinais. O alfabetismo na escrita da língua de sinais. Produção de literatura na escrita da língua de sinais. (UFSC, 2008, p. 41).

E a ementa da terceira cadeira:

ESCRITA DE SINAIS III

Ementa: Continuação do processo de aquisição da leitura e escrita de sinais. Construção de dicionário escrito de sinais e português. Alternativas didático-pedagógicas para o ensino da escrita de sinais conforme a faixa-etária dos alunos: infantil, juvenil e adultos. Estudo de expressões literárias próprias da cultura surda. (UFSC, 2008, p. 45).

Como já foi destacado, a UFSC é pioneira no desenvolvimento de estudos e formação na área de Libras, Tradução e Interpretação e, como tal, tornou-se referência em iniciativas semelhantes para outras instituições, além de oferecer material bibliográfico.

Esse trabalho de formação de professores, tradutores e intérpretes de Libras e Língua Portuguesa em Escrita de Sinais por instituições como a supracitada favorece a disseminação desta escrita em todo o território brasileiro. Contudo, a realidade de conhecimento desta escrita ainda é muito singela, bem como seu uso, o que não diminui sua relevância, tampouco as contribuições que pode propiciar a esta comunidade linguística.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a consolidação desta pesquisa, foram necessárias muitas leituras e releituras acerca da Escrita de Sinais, bem como dos dispositivos legais que consubstanciaram a formação do Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa. Essas leituras possibilitaram reflexões acerca da importância do processo de formação, dos momentos de estudo e de planejamento desse profissional que é indispensável para a garantia constitucional dos direitos da pessoa surda no contexto do ensino regular inclusivo.

A partir dos dados coletados acerca do uso da Escrita de Sinais, pode-se alegar que ainda há muitos passos a serem dados rumo à aquisição desta habilidade nos TILPs e, conseqüentemente, à efetivação do uso cotidiano desta escrita por esses sujeitos e demais usuários das Línguas de Sinais. Através do levantamento feito nesta pesquisa, infelizmente revelou-se também que nenhum dos sujeitos faz uso da Escrita de Sinais, apesar de reconhecerem que tal uso facilitaria em muitos aspectos sua atuação, no sentido prático e necessário (prático porque é possível fazer anotações usando apenas lápis e papel e necessário porque grafar é uma habilidade social do ser humano de expressar seus pensamentos e apreendê-lo fazendo-lhe atravessar no tempo e no espaço).

A falta de uso da Escrita de Sinais pode ser devido ao conhecimento superficial que a maioria dos sujeitos desta pesquisa afirmou ter e que diante da necessidade de inscrever seus registros fazem uso do português escrito e/ou vídeos em Libras. Necessário se faz desatar as amarras de dependência e subordinação até então estabelecidas entre a Libras e a Língua Portuguesa, afinal, já é sabido que as duas são línguas de modalidades completamente distintas, tanto que o uso do português escrito não consegue captar as nuances da Libras.

Tal realidade demonstra que o não uso da Escrita de Sinais pelos TILPs se configura uma condição, e não como uma escolha desses sujeitos. Sendo assim, tal condição necessita ser superada por meio da aquisição desta habilidade que deve ser cada vez mais incentivada e desenvolvida nas instituições responsáveis pela formação desses profissionais. Ainda nesse contexto, é imprescindível que essas instituições venham agregar mais momentos práticos de tradução do português para a Escrita de Sinais (e vice-versa) nos cursos de aperfeiçoamento, capacitação e formação inicial que oferecem.

Como já foi explanado durante este trabalho, o TILP desempenha um importantíssimo papel no contexto educacional e, por essa razão, impulsiona o uso da escrita nesse contexto, que é o de promover a ampliação do número de usuários, além de projetar-se

no anseio por qualidade e performance do ato tradutório e interpretativo. Afinal, grandes marcos na história se consolidaram devido ao papel da escrita e dos registros e, de igual modo, pretende-se impulsionar essas realidades através das reflexões estabelecidas neste trabalho.

Vale frisar que a aquisição dessa habilidade também pode se efetivar de forma independente a partir de estudos de materiais impressos ou virtuais disponíveis na web. O importante é que o TILP, diante do domínio de tal habilidade, possa usá-la sempre que desejar. A partir desse conhecimento consolidado, sugere-se que o Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa do contexto educacional faça um uso diário da Escrita de Sinais em seus planejamentos, pois se vislumbra que o uso desta não se limitará simplesmente à busca de sinais-termos demandados por meio dos conteúdos, mas proporcionará o conhecimento dos aspectos fonológicos, morfossintáticos, semânticos e pragmáticos.

Portanto, quanto maior o conhecimento e domínio acerca da Libras e da Língua Portuguesa, maior será a performance do TILP e o seu desempenho nas escolhas tradutórias, refletindo, conseqüentemente, em estímulos e conhecimentos aos quais os educandos serão expostos e dos quais poderão se apropriar no processo de aprendizagem. Aprender e poder fazer uso da Escrita de Sinais é construir uma nova realidade, onde os sujeitos sejam livres de cadeias ideológicas e deterministas. Em outras palavras, é se permitir um mundo de possibilidades.

## REFERÊNCIAS

AMPESSAN, João Paulo; GUIMARÃES, Juliana Sousa Pereira; LUCHI, Marcos. **Intérpretes educacionais de Libras**: orientações para a prática profissional. Florianópolis, DIOESC, 2013. Disponível em: <[http://www.fcee.sc.gov.br/images/stories/Publica%20fcee/manual\\_intprete\\_web.pdf](http://www.fcee.sc.gov.br/images/stories/Publica%20fcee/manual_intprete_web.pdf)>. Acesso em: 5 mar. 2018.

BARRETO, Madson; BARRETO, Raquel. **Escrita de Sinais sem mistérios**. 2. ed. atual. e ampl. 1. v. Salvador: Libras Escrita, 2015.

BARROS, Ricardo Oliveira. O SignWriting como recurso para registro de sinais aclimatados no contexto educacional. **Revista Virtual de Cultura Surda**. Petrópolis: Arara Azul, n. 19, p. 1-17, set. 2016. Disponível em: <<http://editora-arara-azul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files/9%C2%BA%20Artigo%20Ricardo%20Oliveira%20Barros.pdf>>. Acesso: 05 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto 5.626** de 22 de dezembro 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm)>. Acesso em: 15 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 10.436**, de 24 de abril DE 2002, Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm)>. Acesso em: 15 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 12.319** de 01 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão do Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm)>. Acesso em: 1 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC; SEESP, Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

CENTRO de ensino de apoio à pessoa com surdez Prof. Maria da Glória Costa Arcangeli – CAS. **Projeto Político-Pedagógico**. São Luís: [s.n.], 2018.

CORDOVA, Bianca Carrijo; TACCA, Maria Carmen Villela Rosa. O intérprete de Língua de Sinais e a ação pedagógica no processo de aprendizagem do sujeito surdo. In.: MARTINEZ, Albertina Mitjans; TACCA, Maria Carmen Villela Rosa (orgs.). **Possibilidades de aprendizagem**: ações pedagógicas para alunos com dificuldade e deficiência. Campinas: Alínea, 2011.



COSTA, Messias Ramos. **Proposta de modelo de enciclopédia visual bilíngue juvenil: enciclolibras**. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Brasília: Universidade de Brasília, 2012. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13558/1/2012\\_MessiasRamosCosta.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13558/1/2012_MessiasRamosCosta.pdf)>. Acesso em: 06 out. 2018.

DIAS, Cláudia Augusto. Terminologia: conceitos e aplicações. **Ciência da informação**. Brasília, v. 29, n. 1, p. 90-92, jan/abr 2000. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/902/939>>. Acesso em: 10 out. 2018.

DIAS, Walquiria Pereira da Silva. **Travessias e resistências: práticas de subjetivação do sujeito tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa nos documentos oficiais**. 2018. 125 f. Dissertação (Mestrado em Letras/CCH). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018. Disponível em: <<https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/2189>>. Acesso em: 08 out. 2018.

FALCÃO, Luiz Albérico Barbosa. **Surdez, Cognição Visual e Libras: estabelecendo novos diálogos**. Recife: Editora do Autor, 2010.

GESSER, Audrei. **Metodologia de Ensino em LIBRAS como L2**: apostila para o Curso de Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras na Modalidade a Distância da UFSC. Florianópolis: 2010. Disponível em: <[http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/metodologiaDeEnsinoEmLibrasComoL2/assets/629/TEXTOBASE\\_MEN\\_L2.pdf](http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/metodologiaDeEnsinoEmLibrasComoL2/assets/629/TEXTOBASE_MEN_L2.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KOGUT, Marcos Kluber. **As descrições imagéticas na transcrição e leitura de um texto em SignWriting**. 2015. 161 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/158448>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. **Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e ensino fundamental**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LEITE, Tarcísio de Arantes. **Leitura e Produção de textos**. 2010. Disponível em: <[http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoBasica/leituraEProducaoDeTextos/assets/372/TEXTO\\_BASE\\_-\\_LPT\\_-\\_2010.doc.pdf](http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoBasica/leituraEProducaoDeTextos/assets/372/TEXTO_BASE_-_LPT_-_2010.doc.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2017.

MARANHÃO. Governo do Estado. **Lei Estadual Nº248** de 01 de novembro de 1994. Dispõe sobre a criação de carreira de intérprete para deficiente auditivo no Estado do Maranhão.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. **Lei nº 8.564** de 01 de janeiro de 2007. Estabelece normas de uso e difusão de Libras para o acesso das pessoas surdas ou com deficiência auditiva à educação no Sistema Estadual de Ensino no Maranhão. Disponível em: <<http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=1721>>. Acesso em: 15 out. 2018.

MELLO, Suely Amaral. A escola de Vygotski. In: CARRARA, Kester (Org.). **Introdução à psicologia da educação**. São Paulo: Avercamp, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

QUADROS, Ronice Muller de (org.). **Letras Libras: ontem, hoje e amanhã**. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

\_\_\_\_\_. **Aquisição de L1 e L2: o contexto da pessoa surda**. In: Seminário: Desafios e Possibilidades na Educação Bilingüe para Surdos, 1997, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 1997.

RODRIGUES, Carlos Henrique. SILVÉRIO, Carla Couto de Paula. Interpretando na educação: quais conhecimentos e habilidades o intérprete educacional deve possuir? **Informativo Técnico-Científico do INES**. Rio de Janeiro, n. 35. p. 42-50, jan./jun. 2011.

SÃO LUÍS. Prefeitura Municipal. **Lei Nº 6.092** de 27 de junho de 2016. Ficam criados os cargos de professor de língua brasileira de sinais professor. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/121145030/dom-slz-normal-18-07-2016-pg-1>>. Acesso em: 15 out. 2018.

SOBRAL, Paula Oliveira. Escrita: um sistema linguístico. **ReVEL**. Edição especial, n. 2, 2008. Disponível em: <[http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel\\_esp\\_2\\_escrita\\_um\\_sistema\\_linguistico.pdf](http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_esp_2_escrita_um_sistema_linguistico.pdf)>. Acesso em: 5 abr. 2018.

SOUSA, Danielle Vanessa Costa. Interpretação Libras/Português: uma análise da atuação dos tradutores/intérpretes de libras de São Luís. **Littera**. São Luís, v. 1, n. 1, p. 60-66, jan./jul. 2010. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/viewFile/108/67>>. Acesso em: 06 out. 2018.

STUMPF, Marianne Rossi. **Aprendizagem de Escrita de Língua de Sinais pelo sistema SignWriting: Línguas de Sinais no papel e no computador**. 2005. 329 f. Tese (Doutorado em Informática da Educação). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 2005. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/5429>>. Acesso em: 10 jan. de 2018

\_\_\_\_\_. **Escrita de Sinais I: apostila para o Curso de Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras na Modalidade a Distância da UFSC**. Florianópolis: 2008.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, Janine Soares; MIRANDA, Ramon. O glossário Letras-Libras como instrumento para estudo de unidades terminológicas em Libras. In.: STUMPF, Marianne Rossi; QUADROS, Ronice Müller; LEITE, Tarcício de Arantes (org.). **Estudos da língua brasileira de sinais II**. Florianópolis: Insular. 2014. 2. v. (Série Estudos de Língua de Sinais).

UNIVERSIDADE Federal de Santa Catarina – UFSC. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Letras Libras**: Bacharelado e Licenciatura – modalidade presencial. Florianópolis, 2008. Disponível em: <[http://letraslibras.grad.ufsc.br/files/2013/04/projeto\\_libras\\_presencial\\_FINAL-nov2008.pdf](http://letraslibras.grad.ufsc.br/files/2013/04/projeto_libras_presencial_FINAL-nov2008.pdf)>. Acesso em: 08 out. 2018.

UNIVERSIDADE Federal do Maranhão – UFMA. **Projeto Político Pedagógico do Curso de graduação em Letras – Licenciatura em Língua Brasileira de Sinais**. São Luís, 2014. Disponível em: <<http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/THibLVqmlKfDnfU.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2018.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2000. (Cadernos Pedagógicos do Libertad, 1).

## APÊNDICE – Questionário aplicado aos TILPs

### Pesquisa TCC Escrita de Sinais

Pesquisa Monográfica acerca da Escrita de Sinais enquanto recurso na atuação do Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa-TILP Educacional no âmbito municipal de São Luis.

1) Na dinâmica do seu trabalho, na rotina escolar, você e seu(s) colega(s) TILP se encontram regularmente.

- a) Sim; Uma vez por semana.
- b) Sim; Uma vez por mês.
- c) Não.

2) Vocês compartilham dificuldades e soluções que surgem na dinâmica de sua atuação como TILP?

- a) Sim.
- b) Não.

Se sua resposta anterior foi sim. Exemplifique com um fato ocorrido.

3) É disponibilizado para você(s) com antecedência o plano anual e/ou mensal das disciplinas das quais realizam tradução e interpretação.

- a) Sim; Sempre
- b) Sim; Uma vez ou outra.
- c) Não.

Se sua resposta anterior foi Não. Descreva como você se prepara para as aulas?

4) Nos momentos de estudo, em que você reserva para se preparar para as aulas, quais as estratégias você utiliza para guardar os sinais de terminologias?

- a) Faço uso de anotações em Língua Portuguesa dos sinais pesquisados.
- b) Faço uso de anotações em Escrita de Sinais dos termos pesquisados.
- c) Faço ou baixo vídeos e imagens em Língua de Sinais de terminologias pesquisadas.

Outros:

5) Você considera que o conhecimento em Escrita de Sinais facilitaria seu trabalho de tradução e interpretação em sala de aula?

- a) Sim.
- b) Não.

Se sua resposta anterior foi sim. Dê um exemplo.

Se sua resposta anterior foi não. Dê um exemplo.

6) Como você avalia seu conhecimento acerca da Escrita de Sinais?

- a) NÃO DOMINA. Já leu a respeito, mas não consegue codificar nem decodificar.
- b) CONHECIMENTO SUPERFICIAL. Já realizou alguns estudos, mas só consegue ler ou escrever poucos sinais.
- c) DOMINA. Consegue escrever e ler em Escrita de Sinais.

7) Durante sua formação em LIBRAS em que momento você teve contato com a Escrita de Sinais?

- a) Curso de Libras - Módulo Básico.
- b) Curso de Libras - Módulo Intermediário.

- c) Curso de Libras - Módulo Avançado.
- d) Curso de Graduação em Libras.
- e) Curso de Graduação em outras áreas.
- f) Curso de Especialização.
- g) Oficina avulsa.
- h) Nunca.

Qual o nome da instituição na qual você teve contato com a Escrita de Sinais.